



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

VII Legislatura
I Sessão Legislativa

Número 10
Horta, Quarta-feira, 14 de Fevereiro de 2001

Presidente: Deputado Fernando Menezes
Secretários: Deputados António Loura e Raul Rego
Sumário

(Os trabalhos tiveram início pelas 15 horas e 15 minutos)

No **Período de Antes da Ordem do Dia**, foi feita referência ao expediente entrado na Mesa da ALRA.

A pedido dos Srs. Deputados Francisco Sousa (*PS*) e Joaquim Machado (*PSD*), procedeu-se à leitura, na íntegra de alguns documentos mencionados.

Terminada a leitura, passou-se ao período dedicado ao tratamento de assuntos de interesse político relevante para a Região, onde intervieram, a diverso título, os Srs. Deputados Manuel Silveira (*PS*), Mark Marques (*PSD*), Luís Medeiros (*PSD*), Paulo Gusmão (*PP*), José Decq Mota (*PCP*), António Gomes (*PS*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Paulo Valadão (*PCP*), Herberto Rosa (*PS*), João Ponte (*PS*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Clélio Meneses (*PSD*), Joaquim Machado (*PSD*), João Cunha (*PSD*) e José Nascimento Ávila (*PS*). Para prestar esclarecimentos usaram da palavra os Srs. Secretários Regionais da Agricultura e Pescas (*Ricardo Rodrigues*) e das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*).

No **Período da Ordem do Dia** prosseguiu-se com o debate da **Proposta de Decreto Legislativo Regional — “Criação do Fundo Regional de Ciência e Tecnologia”**.

Após uma intervenção proferida pelo Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*), usaram da palavra os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*), Paulo Gusmão (*PP*), Paulo Valadão (*PCP*), Francisco Barros (*PS*), Luís Medeiros (*PSD*), Berta Cabral (*PSD*), Dionísio Sousa (*PS*), bem como os Srs. Secretários Regionais Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*) e das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*).

Ultrapassada a hora regimental para encerramento dos trabalhos, a votação da referida proposta ficou agendada para o dia seguinte.

(Os trabalhos terminaram às 20 horas e 10 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, boa tarde.
Agradeço que ocupem os vossos lugares para darmos início aos nossos trabalhos.
Tem a palavra o Sr. Secretário para proceder à chamada.

(Eram 15 horas e 15 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Paula Pereira Marques

Andreia Martins Cardoso da Costa

António das Neves Lopes **Gomes**
António José Tavares de **Loura**
Augusto António Rua **Elavai**
Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa
Dionísio Mendes de **Sousa**
Fernando Manuel Machado **Menezes**
Francisco Couto de **Sousa**
Francisco Sérgio Frade Frota Tavares **Barros**
Gilberta Margarida de Medeiros Pavão Nunes **Rocha**
Hernâni Hélio **Jorge**
João António Ferreira **Ponte**
José António **Cabral Vieira**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
José de Sousa **Rego**
José Humberto Medeiros **Chaves**
José do **Nascimento** de **Ávila**
Lizuarde Manuel **Machado**
Manuel Avelar da Cunha Santos
Manuel Herberto Santos da **Rosa**
Manuel Soares da Silveira
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**
Óscar Manuel Valentim da **Rocha**
Renato Luís Pereira **Leal**
Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes **Reis**
António **Bento** Fraga **Barcelos**
Berta Maria Correia de Almeida de Melo **Cabral**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Menezes**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Manuel Bettencourt **Cunha**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
José Francisco Salvador **Fernandes**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
José Manuel Avelar **Nunes**
Luís Henrique de Aguiar Sequeira de **Medeiros**
Manuel da Silva **Azevedo**
Mark Silveira **Marques**
Raúl Aguiar **Rego**
Sérgio Manuel Bettencourt **Ferreira**
Victor do Couto **Cruz**

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses **Pinheiro**

Partido Comunista Português (PCP)

Paulo António de Freitas **Valadão**

Presidente: Estão presentes 45 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Antes de dar a palavra aos Srs. Secretários, aproveitaria para cumprimentar também os Srs. Membros do Governo.

Vamos iniciar os trabalhos com a leitura da correspondência entretanto chegada à Mesa.

Secretário (António Loura): Do Conselho Executivo da Escola Básica 2/3 da Horta, uma carta manifestando a sua indignação pela intervenção que ontem foi proferida pelo Sr. Deputado Costa Pereira.

Secretário (Raúl Rego): Do Grupo Parlamentar do Partido Comunista, Projecto de Decreto Legislativo Regional — “Revisão do montante da remuneração complementar.”

Baixa à Comissão de Economia.

Secretário (António Loura): Do Conselho de Ilha do Faial, deliberação que recomenda ao Governo Regional que compense a Câmara Municipal da Horta, por prejuízos causados pelo sismo, nomeadamente nas áreas do saneamento básico e também na compensação do “plafond” que é atribuído à Câmara Municipal no âmbito dos fundos comunitários.

Secretário (Raúl Rego): Do Sr. Deputado do PSD à Assembleia da República, Dr. Joaquim Ponte, uma carta agradecendo a disponibilização das instalações e serviços das delegações da Assembleia Legislativa Regional dos Açores para o desenvolvimento da sua actividade na Região.

Secretário (António Loura): Do Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência, resposta a um requerimento do Sr. Deputado José Decq Mota, do seguinte teor:

“ Em resposta ao Requerimento nº 4/VII, da autoria do Sr. Deputados José Decq Mota, do Partido Comunista Português, sobre o assunto em referência, cumpre-me transmitir a V. Exa. a seguinte informação:

- 1) O projecto da Variante ER nº 1 de 1ª na cidade da Horta encontra-se na fase de estudo prévio, incluindo o estudo de traçado palnemétrico e altimétrico.
- 2) O traçado do trecho entre Santa Bárbara e Vista Alegre apoia-se no arruamento já existente (Rua Manuel Inácio de Sousa) com ligação aos nós de Santa Bárbara e Vista Alegre.
- 3) A Variante será uma Estrada Regional de 1ª.
- 4) Prevê-se o lançamento a concurso da empreitada da Variante à ER nº 1 de 1ª, na cidade da Horta no trecho Feteira/Santa Bárbara, na extensão de 2,7 kms, no primeiro semestre do corrente ano.

Relativamente ao trecho de Santa Bárbara/Vista Alegre prevê-se a conclusão do projecto no ano corrente.

Com a mais elevada consideração e estima pessoal.

O Secretário Regional Adjunto da Presidência, Francisco Manuel Coelho Lopes de Cabral.”

Secretário (Raúl Rego): Do Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência, resposta a um requerimento do Sr. Deputado Duarte Freitas, do Partido Social Democrata, que diz o seguinte:

“Em resposta ao Requerimento nº 11/VII, cujo primeiro subscritor é o Senhor Deputados Duarte Freitas, do Partido Social Democrata, sobre o assunto em referência, cumpre-me transmitir a V. Exa. a seguinte informação:

1. Resulta do Regulamento 2777/2000 que é obrigatório, a partir de 1 de Julho de 2001, a entrada em funcionamento dos referidos laboratórios.

Estima-se que na Região, a partir de Março de 2001, sejam instalados esses laboratórios, cujos equipamentos estão já contratualizados.

2. Ainda não era conhecida a decisão da obrigatoriedade referida quando a Região efectuou a encomenda dos laboratórios. Foram, então, encomendados dois equipamentos e a decisão foi de os instalar nas ilhas Terceira e S. Miguel.

Com a decisão de testes obrigatórios ir-se-á alargar a mais ilhas a instalação de laboratórios, tendo por um lado em consideração o cumprimento do Regulamento comunitário e, por outro, a realidade arquipelágica dos Açores.

3. A utilização do laboratório junto do Matadouro, será levada em consideração na decisão de alargar os laboratórios a outras ilhas.

4. Nenhuma medida tem que ser tomada, uma vez que, como é do conhecimento geral, as carcaças relativas ao abate em curso têm que ser destruídas, conforme consta do citado Regulamento.

Com a mais elevada consideração e estima pessoal.

O Secretário Regional Adjunto da Presidência, Francisco Manuel Coelho Lopes de Cabral.”

Secretário (*António Loura*): Do Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência, resposta a um requerimento do Sr. Deputado Mark Silveira Marques, do Partido Social Democrata, do seguinte teor:

“Em resposta ao Requerimento nº 10/VII, da autoria do Senhor Deputados Mark Silveira Marques, do Partido Social Democrata, sobre o assunto em referência, cumpre-me transmitir a V. Exa. a seguinte informação:

Após consulta ao Centro Coordenador de Prestações Diferidas verifica-se que, nos primeiros dias do corrente mês de Janeiro, foram pagos os complementos de pensão aos 437 pensionistas do regime Especial Agrícola das ilhas Terceira, Graciosa e S. Jorge, cujas pensões eram processadas, até Dezembro de 2000, manualmente nos respectivos serviços de freguesia. Motivo pelo qual ainda não tinham sido pagos.

Relativamente aos restantes 14.975 pensionistas do mesmo Regime Agrícola, residentes na Região Autónoma dos Açores, cujas pensões são processadas, informaticamente, os complementos de pensão foram pagos nas mesmas datas em que o foram os pensionistas do Regime Geral e Aposentados da Caixa Geral de Aposentações.

Com a mais elevada consideração e estima pessoal.

O Secretário Regional Adjunto da Presidência, Francisco Manuel Coelho Lopes de Cabral.”

Secretário (*Raúl Rego*): Da Comissão de Política Geral, parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que estabelece a salvaguarda de expectativas de progressão na carreira operária altamente qualificado.

Secretário (*António Loura*): Da Comissão de Política Geral, parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que introduz alterações ao regime de férias, faltas e licenças dos funcionários e agentes da Administração Pública aprovado pelo Decreto-Lei nº 100/99, de 31 de Março”.

Secretário (*Raúl Rego*): Da Comissão de Política Geral, parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que “alarga o crédito anual concedido para autoformação aos funcionários e agentes da Administração Pública, estabelecido pelo Decreto-Lei nº 50/98, de 11 de Março”.

Secretário (*António Loura*): Da Comissão de Política Geral, parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que “estabelece o regime aplicável à globalização das dotações individuais das várias categorias das carreiras de regime geral, do regime especial e com designações específicas, bem como das dotações semiglobais já previstas para a carreira de técnico superior”.

Secretário (*Raúl Rego*): Da Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais, pedido de rectificação ao Diário da Assembleia Legislativa Regional dos Açores nº 4.

Secretário (*António Loura*): Consideram-se aprovados os Diários da Assembleia Legislativa Regional dos Açores nºs 2, 3, 4 e 5, bem como o Suplemento nº 5 e a Separata nº 20/VII.

Presidente: Sr. Deputados, terminámos a leitura da correspondência.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários:

É para solicitar ao Sr. Presidente da Assembleia permissão para o Sr. Secretário da Mesa ler a carta que acabou de chegar da EB2 da Horta.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Está bem ensaiado!

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Já se esperava isso!

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Esperava o quê?

Presidente: Sim, Sr. Deputado. Nos termos regimentais não há qualquer oposição a isso.

Secretário (*Raúl Rego*): “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores: O Conselho Executivo da Escola Básica 2, 3 da Horta vem por este meio expressar a sua profunda indignação face à intervenção do deputado pelo círculo do Faial, Dr. Costa Pereira, tendo por inspiração o testemunho da sua filha de 11 anos, numa tentativa de aquisição fácil de protagonismo político, e numa atitude altamente ofensiva a este estabelecimento de ensino e em particular às coordenadoras do Projecto de Educação Sexual e Cívica, que de forma empenhada começam a dar corpo a este projecto de carácter experimental.

Assim, passamos a esclarecer:

1- A Escola Básica 2, 3 da Horta iniciou este ano lectivo algumas actividades incluídas no supracitado projecto, aprovado por unanimidade pelo Conselho Pedagógico na sua reunião, ordinária de 8 de Novembro de 2000, no qual os pais têm assento através da sua Associação.

2 - A coordenação do Projecto de Educação Sexual e Cívica está a cargo de duas professoras que receberam formação nesta área;

3 – Antes de implementar o projecto foi aplicado um questionário a todas as turmas para indagar a sua pertinência e interesse, o que se verificou;

4 – De seguida, os alunos de cada turma foram solicitados a depositar anonimamente, numa “caixinha de perguntas”, as suas preocupações;

5 – Após análise das preocupações de cada turma foi feita uma sessão de sensibilização ao tema, onde alguns dos assuntos abordados resultaram de questões levantadas pelos alunos ao longo da mesma. Saliente-se que a questão que se prende com os Métodos Contraceptivos foi levantada pelos alunos.

6 – Para que seja reposta a verdade quanto ao conteúdo da sessão, passa-se a transcrever o testemunho da professora que, registe-se, tem bastante mais do que 11 anos:

“A sessão iniciou-se com a abordagem do tema Educação Sexual na Escola: para quê?, tema que foi amplamente debatido, tendo-se posteriormente, e na sequência deste diálogo, salientado a exigência da afectividade e responsabilidade na vida sexual.

As questões relativas aos Métodos anticoncepcionais foram levantadas pelos próprios alunos, questões a que não fugi, porque defendo a transparência e honestidade como factores primeiros de uma abordagem clarificadora.

Refuto, indignada, afirmações que o Sr. Deputado pôs na minha boca, porque não correspondem à verdade.”

7 – Ouvidos os alunos sobre a forma como decorreu a referida aula, constatou-se a existência de consenso relativamente ao interesse dos temas abordados, tendo os mesmos referido que gostariam de continuar a ter este tipo de aulas;

8 – Tendo já cerca de 150 alunos assistido à sessão de sensibilização, registe-se que este foi o único caso de desagrado manifestado por um encarregado de educação, que por mera coincidência é membro desta Assembleia.

Tendo este órgão de gestão assistido ao triste exercício de política por parte do Sr. Deputado do PSD, Dr. Costa Pereira, nosso colega até à sua recente eleição, reiteramos a nossa total confiança nas estruturas deste estabelecimento de ensino, nomeadamente, no Conselho Pedagógico que aprovou este projecto, bem como nas coordenadoras, a quem continuaremos a prestar o nosso apoio para que obtenham os maiores sucessos, de forma a que os nossos alunos não acreditem, como parece acreditar o Sr. Deputado, que o pecado original resultou da dentada no fruto proibido.

Porque a dignidade de todos os órgãos desta escola foi posta em causa, solicita-se a V. Exa. se digne ler, na sessão para hoje agendada, o presente documento.

Com os melhores cumprimentos.

O Conselho Executivo, Maria Amélia Luís, Graça Bettencourt, Rosário Medeiros, Sónia Oliveira”.

Presidente: O Sr. Deputado Francisco Sousa pediu a palavra para ...?

Deputado Francisco Sousa (PS): Para solicitar que me faça chegar uma cópia dessa carta.

Deputado João Cunha (PSD): Peça uma cópia daquilo que disseram ontem os Srs. Professores ao Sr. Secretário!

Presidente: Eu gostaria de anunciar a presença, nesta Sala, de uma turma do curso de pequenas e médias empresas, da Escola Profissional da Horta, a quem saúdo em nome da Assembleia da Regional.

(Aplausos da Câmara)

O Sr. Deputado Costa Pereira pediu a palavra, mas em termos regimentais, a leitura da correspondência não tem debate.

Deputado Costa Pereira (PSD): É para defesa da honra.

Presidente: Para defesa da honra.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Para defesa da honra?

Deputado João Cunha (PSD): Com certeza!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Onde é que ele foi ofendido!

(Apartes inaudíveis entre as bancadas do PSD e do PS)

Presidente: Srs. Deputados, tenham calma.

Entrou um documento e eu despachei à Sessão. Houve um deputado que requereu a leitura.

De acordo com o Regimento, pode haver leitura ou resumo. Portanto, eu achei que poderia ser lido.

No entanto, os documentos que entram nesta Casa não são, normalmente, debatidos em plenário, neste momento da leitura da correspondência. Não me parece adequado que se entre em debate sobre essa matéria.

Relativamente à defesa da honra, nenhum dos Srs. Deputados, aqui presentes ofendeu a honra do Sr. Deputado. Eu creio que a disposição regimental de defesa da honra diz respeito ao que se passa dentro do Parlamento, é para isso que a disposição existe e não propriamente para quando as pessoas forem ofendidas lá fora ou por terceiros, virem aqui defender a sua honra.

Não me parece, sinceramente, adequado, a figura regimental da defesa da honra no plenário, porque nenhum dos outros senhores deputados ofendeu a honra.

De qualquer forma, esta é a interpretação do Presidente da Assembleia, a interpretação do Regimento, e como sabem das interpretações do Regimento cabe recurso para o plenário.

Se os Srs. Deputados quiserem recorrer desta minha decisão, também o podem fazer.

Deputada Berta Cabral (PSD): Isso fica feio!

Deputado Dionísio Sousa (PS): Antigamente é que era assim!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, se eu escrever uma carta, amanhã será lida na correspondência, tal qual como foi hoje?

Presidente: Com certeza.

Deputado Costa Pereira (PSD): Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Eu solicitava, Sr. Presidente, que V. Exa. providenciasse que a Mesa lesse o parecer da Comissão de Política Geral sobre o Projecto de Decreto-Lei, “Férias, faltas e licenças”, se bem entendo, que deu entrada na Mesa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário para ler o parecer requerido.

Secretário (Raúl Rego): **Parecer da Comissão Permanente de Política Geral sobre o Projecto de Decreto-lei que “introduz ao regime de férias, faltas e licenças dos funcionários e agentes da Administração Pública, aprovado pelo D.L. N.º 100/99, de 31 de Março”**

A Comissão reuniu no dia 13 de Fevereiro de 2001, na sede da A.L.R.A., na cidade da Horta, por solicitação de Sua Excelência, o Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, apreciou e emitiu parecer ao Projecto de Decreto-Lei que introduz alterações ao regime de férias, faltas e licenças dos funcionários e agentes da Administração Pública, aprovado pelo D.L. n.º 100/99, de 31 de Março.

Capítulo I

Enquadramento Jurídico

A apreciação e emissão de parecer ao presente Projecto de Decreto-Lei exerce-se nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa (CPR) em conjugação com o que dispõe a alínea c), do n.º 1 do artigo 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, e com o que estipula a alínea a) do artigo 60.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional.

Capítulo II

Apreciação na generalidade e especialidade

A presente Proposta de Decreto Legislativo Regional deu entrada nesta Comissão, a 12 de Fevereiro, para efeitos de apreciação e de emissão de parecer.

Na reunião de 13 de Fevereiro de 2001, a Comissão após a apreciação do diploma emitiu, na generalidade e especialidade, parecer favorável ao presente Projecto de Decreto-Lei.

Horta, 13 de Fevereiro de 2001.

O relator, Clélio Toste Meneses

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, Manuel da Silva Azevedo

Presidente: Srs. Deputados, vamos dar início ao período de tratamento de assuntos de interesse político relevante.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Silveira.

Deputado Manuel Silveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É com muita alegria e alguma emoção que subo pela primeira vez à tribuna desta Assembleia, órgão máximo da Autonomia, e quero saudar V. Ex^a Sr. Presidente, desejando-lhe as maiores felicidades para o cargo que vossa Ex^a desempenha.

Às Sras. e Srs. Deputados desejo que, todo o trabalho aqui produzido seja em prol do desenvolvimento económico e da paz social da nossa Região. É meu desejo também saudar todo o Governo Regional desejando-lhe as maiores felicidades e êxito no desempenho das suas funções. Gostaria também de cumprimentar todas as Sras. e Srs. Jornalistas aqui presentes desejando que o seu trabalho seja isente e esclarecedor para o bem de todos os que aqui trabalham dando o seu melhor em prol da democracia e, ao mesmo tempo, para que quem nos elegeu possa estar informado do nosso trabalho.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu sou um Empresário Agrícola que procura estar mais ou menos informado do que se passa na minha terra, também sou uma pessoa que apesar de não ter estudado, sempre gostei muito de ler e de aprender. Fiz o curso de Empresário Agrícola já há vários anos, aprendi muito e continuo a aprender. A minha exploração é uma das coisas de que eu mais gosto, sinto um grande prazer em ser empresário agrícola mas, contudo reconheço que não é fácil. Todos os dias nos confrontamos com numerosos problemas e temos que tomar muitas decisões, da mesma forma que acontece em qualquer outra empresa. Como sabem a agricultura é base da economia da nossa Região.

É necessário, portanto, mudar algumas atitudes, procedimentos e até chefias a bem de uma classe de pessoas que de uma forma geral são trabalhadoras e honestas.

Não prestamos senão quando não temos alternativa, não fazemos greve porque não nos é possível, pedimos apenas que nos sejam criadas as condições de trabalho na nossa terra.

Trabalhamos no mínimo 12 horas por dia, independentemente das condições meteorológicas. É esta a nossa realidade quotidiana. O que os agricultores pedem aos políticos é respeito por quem sempre deu tudo o que lhe foi exigido sem esperar grandes contrapartidas.

Ser agricultor nos nossos dias requer muita coragem, muito Amor à terra e à vida. Nós não somos aquilo que os órgãos de comunicação social muitas vezes pretendem fazer passar, “uns coitadinhos sempre à caça de um subsídio”, até porque, em relação aos nossos colegas Europeus recebemos menos, o que achamos ser injusto, precisamente porque estamos longe dos mercados, temos de pagar o transporte do nosso produto, estamos barrados pelo mar e com factores de produção muito mais dispendiosos do que eles.

No entanto, o nosso Governo mostrou saber negociar com a Comunidade e merece os meus parabéns pela brilhante vitória alcançada junto da Comunidade Económica Europeia, quanto ao problema das quotas leiteiras, o que só vem uma vez mais demonstrar, que ao contrário do que diziam os senhores da oposição, o nosso Governo mostrou todo o seu poder em negociar e utilizou argumentos fortes, no que concerne aos assuntos relacionados com a Comunidade Económica

Europeia e que está solidário e sensível aos problemas que assolaram a nossa Região. Neste caso concreto um problema que preocupava de sobremaneira, todos os agricultores dos Açores.

Mais uma vez ficou demonstrado que a oposição só nos prejudicou criando conflitos e instabilidade e que não olhou a meios para atingir os seus fins.

Desta vez aproveitou-se da sinceridade dos Agricultores, para semear a confusão.

Desta forma foram responsáveis por milhares de litros de leite que não se produziram, e por milhares de contos que não foram parar ao bolso dos Agricultores, por isso em defesa dos interesses da minha Região e dos meus colegas, na qualidade de ex-Dirigente Associativo, tenho de vos responsabilizar por toda esta situação aflitiva em que fomos colocados.

Todos sabemos que já há alguns anos se vem ultrapassando a Quota e os senhores nunca se preocuparam com a situação, mas como era ano de eleições e num sufoco para encontrar algo que lhes desse mais alguns preciosos votos — esse era o vosso único argumento, já que não encontraram mais nenhuma situação dúbia — inventaram-se muitas mesmo sabendo que desde o primeiro momento em que se levantou essa questão, o nosso Governo sempre deu garantias de que ninguém pagaria multas.

Vivia-se num clima de incerteza e de expectativa, até chegou-se mesmo a inventar números, o que levou a que muitos agricultores, depois de fazerem as suas contas, tivessem chegado à conclusão de que iriam parar à falência, caso o que os senhores diziam correspondesse à verdade.

Eu na altura fui tentando tranquilizar os agricultores da melhor forma possível, baseando-me nas informações de que dispunha. Foi uma forma desonesta de fazer campanha.

Os agricultores não esquecerão tão cedo tamanha maldade. Por isso tenho a certeza que se as eleições fossem hoje, o vosso resultado teria sido ainda mais baixo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A lavoura na minha ilha apesar de já beneficiar de melhores condições do que há quatro anos, continua a necessitar de certos melhoramentos que passo a citar:

- Conclusão do abastecimento de água;
- Continuação da pavimentação betuminosa de caminhos de penetração;
- Continuar a atribuir o Aval às Cooperativas, e fazer um acompanhamento mais apertado à gestão das mesmas;
- Construção de um Parque de retém;
- Ampliação do porto Comercial das Velas;
- Criação de Incentivos ao Emparcelamento Agrícola;
- Arranque da Certificação da Carne;
- Aprovar os projectos que estão no IFADAP há vários anos;

A propósito do IFADAP gostaria de deixar alguns conselhos como agricultor. Há que ser razoável no atendimento aos agricultores, não lhes criar expectativas vãs, que à partida sairão goradas.

É necessário um pouco mais de organização, ou seja, haver um prazo de resposta aos projectos que dão entrada, para que os agricultores saibam atempadamente se o seu projecto tem ou não condições de ser aprovado. Na minha opinião, acho que seis meses, como diz a lei é tempo mais do que suficiente para fazer uma análise.

Quase todos os Agricultores se queixam do IFADAP, eu tenho a certeza que se houvesse mais vontade de trabalhar, menos vontade de empatar e mais sensibilidade, tudo funcionaria melhor. Os agricultores querem mudanças no IFADAP, até dizem mais, se não existissem agricultores e pescadores não era necessário existir o IFADAP.

Disse!

(Aplausos dos deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Marque Marques.

Deputado Marque Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Ouvi com muita atenção a primeira intervenção do Sr. Deputado Manuel Silveira, nesta Casa. Quanto à parte circunstancial estou plenamente de acordo, como é natural. Frisou que é empresário agrícola, em “part time”, e deputado no restante tempo. Também é verdade.

Elencou aqui uma série de coisas que, de qualquer forma, penso ver contempladas no próximo Plano e Orçamento e no próximo Plano a Médio Prazo.

Veio confirmar um dos assuntos que foi levantado nesta Casa na última sessão, pelo meu colega de bancada, ou seja, o abastecimento de água à lavoura.

Em relação à quota, e não me vou estender a falar neste assunto, porque nesta bancada há pessoas que falam muito melhor sobre isso, mas gostaria de dizer que o Sr. Deputado pensa mal se pensa que os Deputados do Partido Social Democrata, durante a campanha eleitoral, na ilha de São Jorge, não queriam que a questão da quota fosse resolvida. Se está a pensar assim, está a pensar mal.

Em relação a resultados mais baixos, a ilha de São Jorge, por enquanto, é a única ilha em que o Sr. Deputado e o seu colega não podem dizer que o Partido Socialista ganhou o acto eleitoral.

Neste caso, os jorgenses, continuaram a confiar nas propostas do Partido Social Democrata, para aquela ilha.

O Sr. Deputado referiu ainda na sua intervenção que há medidas que foram tomadas em relação a um aval que não é um saneamento financeiro como o senhor sempre disse e sempre reivindicou enquanto Presidente da Associação Agrícola e muito bem, nós também o reivindicámos. O que existe é um aval.

Um aval, segundo entendo, mas não sou economista, é sobremaneira uma fiança, portanto, não sei por quanto tempo esse aval vai durar.

Eu na campanha eleitoral fiz umas contas, passe a expressão, de mercearia, que as gostaria de repetir aqui, sobre a questão do pagamento do leite aos agricultores.

Se não perguntavam ao Sr. Deputado, então dirigente da Associação Agrícola, pelo menos a mim, enquanto deputado, muitos agricultores perguntaram.

Quero deixar claro que não ponho em causa nenhum dirigente das 9 cooperativas — neste caso não são 9, são 8, porque uma delas não aderiu a esse aval.

Eu fiz umas contas muito simples: um produtor de leite que tem 90 mil litros de leite de produção anual, a 45\$00 ao litro — que era o preço médio que andava a ser pago em São Jorge pelas cooperativas — dava qualquer coisa como 4 mil e 50 contos.

O preço padrão, fixado agora com esse dito aval, é de 40\$00 — estamos a falar do preço padrão. Eu já vi na minha mão muitos recibos de 36, 37 38 e alguns de 40 escudos, diga-se a verdade...

Deputado Manuel Silveira (PS): E 45!

O Orador: De 45 não vi nenhum. Talvez há dois ou três, se calhar o seu tem.

Feitas essas contas, o produtor, na verdade, recebe a 60 dias, mas também não é menos verdade que já recebia algum dinheiro durante o ano, à medida que fosse preciso.

Estamos a falar aqui de uma diferença de 630 contos que, ao longo de um ano numa taxa de 7 ou 8%, dá 60 ou 70 contos, o que quer dizer que mesmo recebendo o dinheiro só no fim da época, o produtor ainda devia ir buscar mais 500 contos. É uma ilusão.

Os produtores pensam que o Governo fez um saneamento financeiro, ou seja, pensam que neste momento uma cooperativa que devia 100, 200 ou 300 mil por despesas de investimento — os senhores durante muitos anos afirmaram e escreveram que foi por má gestão e eu tenho aqui se quiserem ver — fazia má gestão. Eu não estou a dizer que foi por má gestão, porque houve, de facto, despesas de investimento que estão lá.

Sobre essa matéria, eu julgo que os lavradores estão mal esclarecidos.

Em relação ao sector cooperativo melhorou e penso que o Sr. Deputado tem toda a legitimidade, neste caso concreto, de construir uma indústria própria, ou seja, fazer uma fábrica só para si. Acho muito bem, tem toda a legitimidade. Quem sou eu para pôr isso em causa!

Mas os lavradores perguntam-me:

“O Sr. Deputado o que é que acha? Um senhor que foi dirigente da Associação Agrícola durante vários anos — muito dinâmico, diga-se de passagem — um senhor que neste momento é deputado, que defende ou deve defender os nossos interesses — auto-intitulou-se e muito bem, como deputado agricultor — vai fazer uma fábrica só para si. Não acredita no movimento do sector cooperativo de São Jorge que ao longo de dezenas de anos tem sido a forma de encontrar a viabilidade?” Essas são questões que se levantam.

Em relação aos outros assuntos, elencou várias obras que são necessárias e espero ver isso, como dizia há pouco no Plano e Orçamento e no Plano a Médio Prazo e espero ver também nos relatórios de execução ao longo destes 4 anos.

Fica o Sr. Deputado sabendo que se a obra for feita nós estaremos aqui para aplaudir. Se a obra não for feita nós estaremos aqui para denunciar.

Os Deputados do Partido Social Democrata, em geral, e os do PSD de São Jorge, em particular, querem que o Governo governe bem para que a ilha tenha o tal desenvolvimento que todos nós queremos.

Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Medeiros.

Deputado Luís Medeiros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Eu gostaria apenas de prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado Manuel Silveira, porque até 1996 tive responsabilidades na gestão da quota leiteira. Portanto, estou por dentro do que se passou.

Não podemos esquecer — e peço desculpa à Câmara por historiar um bocadinho, mas é bom — que Portugal quando aderiu à União Europeia já as quotas estavam em vigor. Portanto, “apanhámos um comboio em andamento” e tivemos um período de transição que, como se lembram, foi de 10 anos dividido em 2 etapas.

A partir do segundo período da 2ª etapa, foi obrigatória a aplicação do regime de quotas a Portugal. Esse regime de quotas estava previsto durar até 1992.

Em 1992, foi revisto e foi novamente estabelecido um segundo período de imposição suplementar, ou seja, de quota leiteira com duração prevista até ao ano 2000.

Eu devo dizer que durante esse último ano, houve variadíssimos estudos encomendados pela Comissão Europeia que, inclusivamente, preconizavam a suspensão ou desaparecimento do regime de quotas.

Portanto, tudo iria depender da negociação que iria ser levada a cabo, aquando daquilo que se veio a chamar a “Agenda 2000”.

De qualquer modo, em 1996, a Região ainda não tinha ultrapassado a sua quota leiteira, embora houvessem sinais evidentes que isso iria acontecer.

Foram dadas indicações muito precisas — se for preciso exibir documentos, talvez eu o possa fazer — ao Sr. Ministro Gomes da Silva, na altura, de qual era a situação dos Açores e suas necessidades quanto à quota leiteira. O Sr. Ministro Gomes da Silva acabou por ser substituído pelo Sr. Ministro Capoulas Santos que tranquilizou toda a gente dizendo que não haveria problema, que haveria leite em Portugal para resolver todos os problemas de quota leiteira dos Açores.

Afinal, chegámos à negociação da Agenda 2000, não se viu Portugal defender o aumento da sua quota e vivemos os últimos meses do ano 2000, com a aflição que vivemos. V. Exa. como produtor de leite que é, não me vai dizer que também não esteve aflito.

A Região ultrapassou a sua quota e embora houvessem todas as promessas, elas eram nacionais, mas tínhamos a voz dos Comissários Europeus e até do Presidente da Comissão Europeia, a dizer que Portugal teria que pagar multas e que a situação das quotas não tinha solução.

Regozije-me e regozijo-me porque ela resolveu-se.

Sr. Deputado, não se inventaram multas, porque se as multas foram inventadas, eu pergunto o que é que a Comissão Europeia perdoou a Portugal?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas uma nota de registo e uma nota de alguma apreensão.

A nota de registo é, com certeza, Sr. Deputado, o seu fervor Socialista.

A nota de apreensão é em nome daquilo que eu quero chamar de oposição à direita do PS.

Gostaria de saber de que oposição é que o Sr. Deputado fala quando vem aqui, de uma forma muito leviana, dizer que o resultado nas últimas eleições foi baixo e se fosse nestas, ainda seria mais baixo.

Gostaria de saber, concretamente, se o Sr. Deputado fala dos que eram da oposição antes das eleições e mudaram-se para a situação, ou se fala da oposição que era e há-de continuar a ser, com firmeza e com convicção.

Gostaria de dizer ao Sr. Deputado que se fala do meu partido, lembre-se que o seu o PS — de há dias — perdeu votos em São Jorge e que o meu, no seu mesmo concelho, tem hoje 19%.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Utilizando a figura de pedido de esclarecimento, queria entrar neste debate mas num tom porventura diferente.

Em primeiro lugar, gostaria de saudar a intervenção do Sr. Deputado Manuel Silveira, por ser a intervenção de um produtor, de uma pessoa ligada à economia produtiva, conhecedora, que pode, com a sua experiência e com a sua prática, enriquecer as reflexões e os debates nesta Câmara e as decisões que ao longo dos anos terão que ser tomadas.

Queria partilhar com o Sr. Deputado as preocupações relativas aos atrasos da análise dos projectos que entram no IFADAP, que já mereceram também requerimento da nossa parte e merecem a preocupação de muitos agricultores, pescadores e produtores desta Região.

Gostaria de colocar uma questão concreta e fazer uma observação à sua intervenção.

Penso que o Sr. Deputado errou na sua intervenção, que ouvi com atenção, quando procurou reduzir o problema da quota do leite, quando procurou reduzir o problema da crise da produção leiteira ao problema de propaganda política pré-eleitoral,

Todos sabemos que não foi um problema de propaganda política pré-eleitoral, fosse de que partido fosse. Todos sabemos que foi um problema que ultrapassou em larga escala isso, que deixou em maus lençóis o Governo, deixou-o numa situação difícil e deixou principalmente a Região em situação difícil.

O Sr. Deputado Luís Medeiros já teve oportunidade de avançar alguns úteis esclarecimentos sobre a forma como o processo evoluiu.

Portanto, quando se tenta reduzir esta questão e todo o debate que se gerou ao problema político pré-eleitoral de palavras para ganhar votos, está-se a reduzir aquilo que não é redutível.

Estamos a tratar de um problema muito sério e a questão que eu queria pôr ao Sr. Deputado Manuel Silveira, a título de pedido de esclarecimento, é a seguinte: qual a visão que o Sr. Deputado tem para o problema da quota leiteira no médio prazo? Pensa que a solução que foi encontrada para as multas e para remediar a situação actual, é solução suficiente para a produção de leite nos Açores ou se pelo contrário é necessária outra?

Se entende que é necessária outra, qual é?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Mark Marques:

O Sr. Deputado falou muito, mas a “laranja” espremida não deu sumo.

Deputado Mark Marques (PSD): Em S. Jorge deu mais que as “rosas”!

O Orador: Relativamente a essa questão de S. Jorge, já começa por aí e com mais esse aparte, a sua preocupação é que o Sr. Deputado de acto eleitoral em acto eleitoral, como responsável pelo PSD, naquela ilha, tem vindo a perder votos, assustadoramente. Essa é a sua preocupação.

Deputado Mark Marques (PSD): Eu não disse o contrário. O Sr. Deputado ganhou lá?

O Orador: Ganhámos sim. Elegemos mais um deputado.

Foi uma grande vitória e era a vitória que o Partido Socialista estava à espera!

Deputado Mark Marques (PSD): Votos expressos, Sr. Deputado!

O Orador: Aconselho o Sr. Deputado a analisar os resultados eleitorais desde que tem responsabilidades políticas em São Jorge, porque talvez lhe ensinasse alguma coisa.

Sr. Deputado Mark Marques, mais uma vez o senhor levanta aqui a problemática do abastecimento de água à lavoura de São Jorge.

Durante os 20 anos dos Governos do PSD...

Deputado Mark Marques (PSD): Já não estou aí! O anterior Governo era vosso, não nosso.

Estivemos de férias durante 5 anos!

O Orador: Eu tenho que falar disso, porque nessas coisas temos que estabelecer alguma relação e temos que nos relacionar com aqueles que governaram a Região, antes do Partido Socialista.

O que o PSD fez, enquanto Governo, ao nível do abastecimento de água à lavoura, foram dois reservatórios e um açude. Um desses dois reservatórios foi construído há 7 anos na Chã das Lagoínhas. Esse reservatório possivelmente por negligência da edilidade velense, nunca foi abastecido. Há 7 anos que a lavoura de São Jorge espera que a edilidade velense abasteça esse reservatório para dar o seu contributo à lavoura de São Jorge.

Deputado Mark Marques (PSD): Por que é que a Agricultura e Pescas não abasteceu, se ele já estava feito?

O Orador: A propósito da qualidade dos reservatórios, mais concretamente dos silos que este Governo colocou em São Jorge, gostaria de dizer que o reservatório da Chã das Lagoínhas, esse reservatório que tem vindo a falar, por nunca ter sido abastecido, já está degradado, já tem fissuras e, neste momento, nem tão pouco veda, isso pelo facto dos seus Governos, em conjunto — porque foi para isso que constituíram protocolo com a Câmara das Velas — nunca terem aproveitado esse reservatório para servir melhor a lavoura.

Sr. Deputado, nesta Casa, enquanto deputado, e lá fora no nosso círculo eleitoral, sempre vi a lavoura de São Jorge aflitíssima a pedir aos Governos de então que lhe resolvesse o problema ao nível do saneamento financeiro e ao nível da criação do fundo de maneio.

Quantas vezes, vezes sem conta, nesta Casa, se falou desse assunto?

Durante 20 anos, os senhores não tiveram capacidade para resolver essa questão. Durante 20 anos asfixiaram a lavoura de São Jorge.

O Sr. Deputado vem agora falar aqui do contributo que a esse nível deu este governo à lavoura de São Jorge?

O Governo não só concedeu um aval para resolver o problema financeiro ao nível da sua estrutura que sabe que estava bastante debilitada, como também criou de uma forma diferente, mas criou, um sistema que possibilita o pagamento do leite ao produtor na base desse preço que se referiu...

Deputado Mark Marques (PSD): E as minhas contas estão erradas?

O Orador: Já lá vamos, Sr. Deputado.

Como estava a dizer, na base desse preço que referiu, permite pagar o leite ao lavrador, ao produtor, ao fim de 60 dias.

O Sr. Deputado sabe que anteriormente, houve lavradores que esperaram quase 2 anos para receberem o produto do seu trabalho.

Deputado Mark Marques (PSD): É mentira, Sr. Deputado.

O Orador: Mais, Sr. Deputado. O Sr. Deputado não leu o que está no protocolo e fez mal.

Deputado Mark Marques (PSD): Não? O senhor quer uma cópia dele? Por acaso tenho-o aqui!

O Orador: Então volte a lê-lo. Não preciso que me o leia.

Eu agradecia que o Sr. Deputado estivesse atento...

Deputado Mark Marques (PSD): Eu estou com muita atenção!

O Orador: ... porque estou no uso da palavra e falo em relação ao debate proporcionado nesta Assembleia Legislativa.

Relativamente à questão do pagamento do leite, o Governo criou um preço base para o efeito, mas quando as cooperativas fizerem as suas contas, obviamente que os lavradores vão receber o resto que têm direito, precisamente porque o apuramento geral das contas permite receberem mais dinheiro.

Gostaria ainda de lhe dizer que o grande problema do sector agro-pecuário em S. Jorge, são vícios do passado e explico-lhe quais são esses vícios.

A unidade industrial, em S. Jorge, recebe por cada quilo de queijo certificado 785\$00. Quem o produz, quem o fabrica, recebe essa quantia.

Esse queijo, chegando à Ilha do Faial, se tiver o cuidado de ir ao Hipermercado Modelo ver o preço dele, verifica que ele está a 1877\$00. Esse queijo paga 20\$00 de transporte. Portanto, há aqui um aumento de 140%.

Deputado Mark Marques (PSD): O Sr. Deputado sabe o que é que está a dizer?

O Orador: Quem é está a absorvê-lo?

Deputado Mark Marques (PSD): Não é o PSD! As cooperativas é que estão a gerir mal!

O Orador: É o intermediário e o revendedor final. Sabe porquê? Porque isso é um sistema que está obsoleto que permitia aos intermediários e mais alguém receber mais do que propriamente o lavrador, mas isso são questões que vão ser ultrapassadas e já estão no terreno a serem estudadas precisamente para que o produtor tenha uma melhor receita do seu trabalho.

O circuito de comercialização não está a funcionar correctamente. Esse protocolo tem como principal objectivo resolver essa questão da comercialização e lamentavelmente quanto a outras interpretações ao nível desse protocolo, nomeadamente na União de todas as cooperativas...

Deputado Mark Marques (PSD): Todas não! Menos uma!

O Orador: Mas o protocolo apontava para a união de todas elas.

Deputado Mark Marques (PSD): Apontava, mas uma não aceitou!

O Orador: A que ficou de fora, independentemente da sua situação financeira, está de certo modo confortável, mas o que é certo é que não beneficiou a lavoura de São Jorge e não beneficiou porque os intermediários vão continuar a jogar com isso, vão continuar a definir o preço do queijo, porque andam numa negociata, num vai e vem, entre uma e outra cooperativa.

Deputado Mark Marques (PSD): Nas cooperativas há ratos a comer queijo!

O Orador: Está a perceber? Isso prejudica-nos a todos.

Enquanto não estivermos todos unidos numa comercialização, por forma a que todos vendam o produto com o mesmo preço, vai haver sempre quem regateie e é óbvio que isso será sempre penalizante para a lavoura de São Jorge.

Resumidamente, entre a saída de quem o produz e a venda ao consumidor final vai uma diferença de 1090\$00, o que significa um aumento de 140%.

Deputado Mark Marques (PSD): Não vai dizer que é o Grupo Parlamentar do PSD que está a comer o queijo!

Presidente: Srs. Deputados, eu acho muito saudável este desassossego, mas agradecia que não entrassem em diálogo, porque há momentos fazia uma pergunta e o Sr. Deputado respondia.

Isso não é normal nos nossos debates.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Silveira.

Deputado Manuel Silveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Realmente fico inteiramente surpreendido quando vejo que o Sr. Deputado Mark Marques continua com o mesmo discurso da campanha eleitoral...

Deputado Mark Marques (PSD): Há pessoas que mudam, eu não!

O Orador: ... fazendo ataques pessoais à minha pessoa.

Quando o Sr. Deputado foi eleito, na ilha de São Jorge, eu não lhe fiz perguntas sobre a sua vida, ou seja, o Sr. Deputado vivia na freguesia do Topo, veio morar para as Velas, comprou o seu jipe e a sua casa. Não lhe fiz perguntas sobre isso.

Se estou a fazer uma fábrica é com o meu dinheiro. Creio que tenho todo o direito de a fazer e ninguém tem nada a ver com isso.

Deputado Mark Marques (PSD): Toda a legitimidade!

O Orador: Durante a campanha eleitoral o Sr. Deputado já me fez esse tipo de ataques.

Sempre me intitulei como empresário agrícola. Neste momento, sou deputado a tempo inteiro e não em "part time", como o Sr. Deputado disse há bocadinho.

Em relação à problemática da lavoura de São Jorge, eu acredito que o Sr. Deputado conheça um bocadinho dela, mas eu também conheço.

Há pouco, o meu colega disse e disse muito bem, que no vosso tempo, os senhores fizeram dois ou três reservatórios. Agora, estamos continuando.

O Sr. Deputado Mark Marques tem por hábito interromper as pessoas quando elas estão tentando defender-se. Eu penso que isso é pouco digno para um deputado que já exerce esse cargo já há uns anos.

Eu estou a iniciar a minha vida como deputado. Portanto, agradecia que não me interrompesse. Em relação ao aval das cooperativas, sempre pedimos o fundo de maneio das cooperativas de São Jorge. Ele nunca foi concedido.

Penso que neste momento ser aval ou ser fundo de maneio, não interessa. O que interessa é que o problema está resolvido e os agricultores estão a receber o seu dinheiro.

Houve coisas que eu não frisei e que até podia ter dito, como por exemplo, os senhores atribuíram durante 5 ou 6 anos 1\$00 por litro de leite às ilhas de São Miguel, da Terceira e do Faial, porque as outras ilhas eram paisagem. Este Governo tornou essa quantia extensível a toda a Região.

O Sr. Deputado não disse, mas podia tê-lo dito aqui, que eu fui Presidente das Associações de Agricultores e de Jovens Agricultores, durante 3 mandatos, o que perfaz 12 anos. Durante 6 ou 7 anos pedi apoio ao ex-IACAPS de São Jorge, aos Governos do PSD, mas ele nunca foi concedido. Seis meses depois de falar com o Governo do PS já a lavoura de São Jorge tinha o IACAPS e passou a ter uma sede condigna e como deve ser.

Em relação ao Sr. Deputado Mark Marques, julgo que estamos conversados, não há mais a dizer.

Em relação ao Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros, que muito respeito como deputado e como pessoa, acredito em algumas das coisas que disse e sei que tem provas disso. Sei que não é mentiroso...

Deputado Luís Medeiros (PSD): Bem bom!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Já melhorou!

Deputado João Cunha (PSD): O Sr. Secretário ficou agora atrapalhado!

O Orador: ... mas pode estar mal informado em relação a algumas coisas.

De qualquer forma, Sr. Deputado, fico muito admirado e confesso que o que me chateou foi o facto dos senhores, durante a campanha eleitoral, todos os dias falarem em quota leiteira, em multas e não sei mais em quê, por isso aconteceu o que verificámos, ou seja, os agricultores deixaram de ir às suas vacas à tarde e produziu-se menos leite.

Quanto ao Sr. Deputado Decq Mota, fico muito agradecido pela saudação que me fez. Vou tentar dar o meu melhor nesta Casa como agricultor e como deputado.

Neste momento, penso que a medida que foi implementada é suficiente em relação à quota leiteira, mas isto é uma opinião muito pessoal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tratando-se naturalmente de uma questão de agricultura, que saúdo sempre, de resto são decorrentes as questões da agricultura nesta Câmara e por isso é que têm cá o respectivo membro do Governo para colaborar nessa sempre agradável discussão, apesar dos apartes às vezes desagradáveis...

Deputado Joaquim Machado (PSD): É um termo exclusivo!

O Orador: Pronto, lá vem ele!

... nessa salutar discussão e salutareis apartes Sr. Deputado, gostaria de intervir apenas para prestar dois ou três esclarecimentos.

Quanto à matéria referente a São Jorge, quando haviam três deputados do PSD e um Deputado do PS a questão estava ligeiramente desequilibrada, em termos de quantidade. Agora, nem em termos de quantidade está desequilibrada.

Portanto, julgo que esta matéria está suficientemente esclarecida.

No que se refere às matérias de fundo, designadamente a agricultura, porque é essa que ao Governo interessa, e diz respeito a toda a Região, houve duas ou três perguntas colocadas que merecem resposta e outra que merece um comentário do titular da pasta.

Durante a campanha eleitoral, os Srs. Deputados do PSD e do PP desta Casa, e essencialmente da Assembleia da República e do Parlamento Europeu, fizeram requerimentos vagos, sabendo quais eram as respostas do Sr. Comissário Europeu nesta matéria, e isto foi relatado muito bem pelo Sr.

Deputado Francisco quando aqui fez uma intervenção, no púlpito, indicando os Deputados, as datas e o que disseram, atrapalhando, sinceramente, a negociação que estava em curso relativamente à atribuição dessa quota.

Naturalmente, obtiveram uma vantagem que os senhores achavam legítima, ou seja, confundir os agricultores. Nalguns casos conseguiram confundi-los. Foi isso que foi dito pelo Sr. Deputado Manuel Silveira, quando aqui referiu esses factos e eles são do domínio público.

Os senhores sabiam quais eram as respostas que o Comissário Europeu ia dar no que se refere a essas matérias. Está na lei que as multas eram para aplicar e ele, por escrito, não podia dizer outra coisa.

Portanto, atrapalharam, de facto, essa negociação.

Mais. Quando o Sr. Presidente do Governo aqui e em directo anunciou que estavam todos isentos de multas, a bancada do PS levantou-se e aplaudiu publicamente esta novidade, enquanto que a bancada do PSD permaneceu sentada, o que para vós era sinónimo de derrota.

Quanto a essa matéria estamos esclarecidos.

Felizmente, os senhores têm no governo, um Governo Socialista...

Deputado João Cunha (PSD): Felizmente o quê? Para nós é infelizmente!

O Orador: ... que se relaciona perfeitamente bem com o Governo da República, que não usa óculos escuros nem gravatas pretas no relacionamento com o Governo da República e que, por sua vez, se relaciona muito bem com os órgãos oficiais e entidades públicas da União Europeia.

Foi desse frutuoso entendimento entre as diversas instituições, apesar dos remos e dos reversos que os senhores pretendiam, que se conseguiu a vitória que obtivemos para os agricultores. Esta vitória é da Região, dos agricultores, mas os senhores não foram coniventes com ela, bem pelo contrário, tentaram que essa vitória não fosse alcançada.

Quanto às perguntas pertinentes e que merecem um esclarecimento perante esta câmara, a primeira, prende-se com os atrasos do IFADAP.

Esta é uma questão pertinente que preocupa o Governo Regional. Na sequência desses atrasos, a semana passada, pude reunir com o Conselho de Administração do IFADAP.

Como sabem, o IFADAP é um instituto nacional, não depende nem política nem hierarquicamente do Governo Regional, de maneira que o relacionamento com essa instituição é um relacionamento institucional, não deixando margem para dar conselhos, para pedir mais celeridade. Não é um relacionamento de disciplina hierárquica.

Daí que na reunião que mantive com o Conselho de Administração do IFADAP, ficou prometido, até porque nessa questão, dos vários projectos, temos talvez cerca de 600 processos pendentes no IFADAP os quais foram candidatados ao abrigo das regras do II Quadro Comunitário de Apoio, mas agora têm que ser aprovados ao abrigo das regras do III Quadro Comunitário de Apoio.

Essa divergência de regulamentação do II para o III Quadro Comunitário de Apoio, implicou alterações ao nível informático e da análise dos próprios projectos, cujas aplicações informáticas são novas e estarão concluídas no final de Março.

Temos o compromisso desse instituto que até final de Abril todos os projectos pendentes no IFADAP estarão analisados e conseqüentemente aprovados ou reprovados. Obviamente que esse prazo tem as limitações que qualquer prazo indicativo tem. Portanto, não posso dizer 30 de Abril, porque pode ser na primeira semana de Maio, mas temos um prazo combinado com a administração do IFADAP relativamente a essa matéria.

Outra questão que me parece pertinente e que foi levantada pelo Sr. Deputado José Decq Mota, diz respeito ao que pensa o Governo sobre a quota leiteira a médio prazo.

Se se refere a médio prazo, como a médio prazo envolvem-se 3 a 4 anos — é o critério genérico — o problema está resolvido. Portanto, estamos esclarecidos. Até 2003 a produção regional de leite terá de ser igual não podendo ultrapassar a produção de 99/2000. Quer os senhores deputados, quer os agricultores, estão informados sobre essa matéria.

Esse foi o aumento que se conseguiu na última negociação, ou seja, de 73 mil toneladas, que corresponde ao auto consumo da Região. Há uma ligeira folga entre a produção efectiva de 99/2000 e a quota referência regional que se vem a verificar com a soma das 73 mil toneladas.

Portanto, há uma ligeira folga no crescimento interno, mas que é pouco significativa.

Após 2003, esta é uma negociação que o Governo Regional estará atento, onde, desde já, desencadeou os mecanismos internos da negociação dessa questão e, naturalmente, em parceria com os demais partidos políticos, com as associações agrícolas, com os demais parceiros desta actividade, encontrará os fundamentos mais ajustados para atingirmos os objectivos e os interesses regionais.

Ainda não está definida nenhuma estratégia, uma vez que se trata de uma negociação para 2003.

Naturalmente, vamos encetar um processo de audição de várias entidades, entre as quais os partidos políticos, que são entidades que devem e podem ser ouvidas, como mais à frente, neste plenário, vamos ter oportunidade de verificar acerca de outros assuntos que são da tutela da Secretaria da Agricultura e Pescas.

Não temos nenhuma opinião pré-concebida sobre essa matéria. Conhecemos a realidade dos Açores e também sabemos que quem tentou profetizar sobre números de produção leite, quase sempre se enganou.

Se a estratégia do médio prazo ou de alguns anos a esta parte foi do aumento da produção, houve secretários regionais do tempo do PSD que profetizavam que a quota ideal e máxima para os Açores andaria à volta dos 336 milhões de litros e veio a verificar-se que os 500 já não chegam.

Isso tem que ter limites. Ilhas são ilhas. Cada uma tem a dimensão que tem. O crescimento da produção por animal também tem limites.

Portanto, tudo isso é uma matéria que será devidamente estudada e orientada para fundamentar as opiniões da Região junto da União Europeia, quando a seu tempo se vierem a negociar essas questões.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, muito obrigado, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, pelo esclarecimento prestado em relação às questões do IFADAP.

A este propósito aproveitava para acrescentar um pormenor importante, ou seja, o facto de se estar a registar nalguns sítios, em relação ao último mês, atrasos no pagamento das reformas antecipadas e gostaria de saber, se é do conhecimento do Sr. Secretário, se tal facto tem alguma coisa a ver com esse processo de modernização administrativa e tecnológica de serviços.

No que se refere ao problema de fundo, em relação aos esclarecimentos que o Sr. Deputado solicitou — o problema posto e a questão que eu próprio tinha levantado — tenho que fazer alguns comentários.

Ficou claro que o problema da quota, depois dos 68 milhões de litros, rectificadas posteriormente para 73 — que foram aplaudidos pela bancada do PS quando o Sr. Presidente do Governo anunciou, mas que não foram aplaudidos pela bancada do PS quando eu próprio, 20 minutos antes, tinha revelado, porque tinha informação segura disso — como medida de remedeio, como medida que resolve o problema das multas, não como vitória, mas sim como medida que corrige uma série de comportamentos incorrectos, dos quais não reputo apenas ao presente Governo nem ao Governo da República, já vêm de trás, porque houve erros gravíssimos de cálculo da capacidade da lavoura açoriana — o Sr. Deputado Adolfo Lima, pessoa que muito prezo e respeito e que está ausente, disse-me pessoalmente que aos 400 milhões de litros nunca se chegaria, portanto, houve erros tremendos de avaliação, ao longo dos anos, por não se acreditar na capacidade da lavoura açoriana encontrar as suas respostas — e quando ela percebeu que o caminho que tinha para manter os seus rendimentos era entrar num processo de modernização que fizesse com que a sua manada produzisse mais, entrou por esse caminho sem aumentar o encabeçamento, sem aumentar as áreas, pelo aumento da produtividade, modificando, às vezes melhorando outras vezes não, aspectos da alimentação e entrando nas questões genéricas e em profundidade.

Houve muita gente que se enganou ao longo dos anos. Já depois do Partido Socialista ser Governo, houve também muita gente que se enganou, mas mais grave do que isso houve alguém que não ligou e tem a ver com o Governo da República e com a não valorização da importância para a economia açoriana que tem o problema do leite. Nas negociações que se fizeram com a

União Europeia, so que era essencial para nós ser valorizado, não foi valorizado da parte portuguesa.

Enquanto que outros países conseguiram correcções de quotas, conseguiram melhorias, o nosso país não conseguiu, exactamente no momento em que no plano político e noutra frente se tinha introduzido o artigo 199º, nº 2, que era uma linha de argumentação nova que o estado português não usou nessa negociação.

Não usando nessa negociação, deixou cair essa possibilidade e houve quem no poder regional tentasse ridicularizar a força política que eu represento e eu próprio, quando nessa altura evoquei a necessidade de se recorrer a esse artigo para se reequilibrar a situação.

Hoje todos reconhecem que uma parte do caminho a percorrer tem que ser por essa via.

Há erros de cálculo, há erros de avaliação, há procedimentos incorrectos ao longo deste processo e vamos continuar assim se não tivermos em conta que, sendo certo que a quota é renegociada em 2003, neste exacto momento, estão em curso os processos de negociação e de avaliação do POSEIMA e os processos relativos às medidas da ultraperiferia.

Tenho a ideia que se não tivermos a disponibilidade de aprofundar com seriedade esta via, vamos ficar novamente atrás da “carroça” e vamos ter que saltar para ela em andamento, se tivermos força nos braços para isso.

Acho que neste problema estou de acordo com o Sr. Secretário Regional quando diz que tem que haver diálogo, quando diz que tem que haver concertação. Penso, desde logo, que tem que haver, primeiro, respeito pela capacidade produtiva da lavoura açoriana e a seguir, respeito pela necessidade da existência desta produção.

Nem toda a gente percebe isto. Nem toda a gente percebe que a quota de leite que os Açores produz é absolutamente essencial. Sendo uma gota no quadro europeu, é absolutamente essencial para a economia regional dos Açores.

Tem que haver a capacidade de avaliar até onde se pode ir, num quadro europeu que se está a modificar. Já não se fala nos montes de manteiga que se falava há 10 anos, já não se fala nos montes de leite excedente que se falava há 8, 10, 12 anos, num quadro que em termos de produção e de consumo está a modificar.

“Quem tiver unhas para tocar viola vai tocá-la”. Quem, não tiver preparado vai ficar atrás.

É exactamente esta questão que penso que o Governo Regional dos Açores, esta Assembleia Legislativa Regional, os produtores, os açorianos e o Estado Português têm que ter em conta. Isto é vital para nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não podíamos deixar de manifestar a nossa discordância face a uma leitura, que também tem muito de política, feita pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura, em que considera que a intervenção de todos aqueles — e foram muitos — neste doloroso e complexo problema da quota leiteira, constituiu uma atrapalhação para o Governo, vincando aqui a ideia de que todos aqueles, que não propriamente aqueles que dependem directamente do Governo Regional, quando no legítimo desenvolvimento das suas obrigações e dos seus mandatos intervêm, constituem forças de bloqueio.

Sr. Secretário, eu gostaria de lembrar, e julgo que isso já ficou claro na parte final da intervenção do Sr. Deputado José Decq Mota, que este problema envolveu e ultrapassou muito as próprias competências e a área de actuação dos órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores, como V. Exa. sabe.

Há um grande protagonista que foi, eu diria, um nefasto protagonista, ao longo da maior parte do processo, ou seja, o Sr. Ministro da Agricultura, do Governo Socialista da República.

Como é sabido, este Sr. Ministro responde perante a Assembleia da República e não tenho qualquer dúvida que o trabalho desenvolvido no seio da Assembleia da República, por todos os grupos parlamentares e pelos Srs. Deputados, não só os directamente eleitos pelo círculo eleitoral da Região Autónoma dos Açores, mas todos aqueles que revelaram empenhar-se nessa matéria que também nos dizia respeito, foi de especial importância para todos nós.

Foi um processo que teve várias frentes, como na altura, e bem, o próprio Governo Regional reconhecia, e que não dispensava nem dispensou a intervenção ao nível da Assembleia da República e ao nível do Parlamento Europeu.

De resto, é bom lembrar, e eu até admito, que num ou noutro caso, o próprio Deputado Socialista que está mais ligado ao PS da Região Autónoma dos Açores, Deputado Paulo Casaca, no seu vai e vem e no afã razoável e natural de também dar notícias sobre a matéria, algumas que ele divulgou nos Açores, atrapalharam o Governo Regional. Eu, por mim, nunca levei a mal, porque a vontade era a de trazer informação e levar argumentos para Bruxelas.

Sobre essa matéria, Sr. Secretário, lembro até que muitas das diligências efectuadas a nível regional, a nível da Assembleia da República e a nível do Parlamento Europeu, foram por sugestão, por iniciativa da Federação Agrícola dos Açores, porque temos que reconhecê-la como parceiro e como principal interessado nesta matéria.

No nosso caso, por exemplo, tivemos várias audiências com a Federação Agrícola dos Açores, a solicitação dela, para nos dar conta das suas preocupações e para, naturalmente, exigir ao Partido Popular e às suas estruturas representativas, aos Srs. Deputados nos diversos níveis, uma intervenção nesses domínios.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

É bom ter presente, e felizmente o assunto foi resolvido a contento nesta fase, que a participação de todos os outros que não o Governo Regional, foi legítima, foi útil, contribuiu na sua medida para o desfecho final e, de resto, resultou nuns casos em iniciativa própria e noutros casos no próprio apelo dos interessados através das suas Federações.

Finalmente, uma palavra para o facto de que acho que devíamos conter a nossa tranquilidade e a nossa satisfação pela actual situação, sobretudo no que respeita ao futuro próximo.

A circunstância de se ter resolvido o problema do passado em relação às multas, a circunstância de termos resolvido o problema que envolve o défice relativamente à produção do ano passado, não dá nenhuma tranquilidade a qualquer responsável relativamente ao próximo futuro.

Todos nós sabemos que só pelo facto de haver uma descompressão relativamente ao drama que envolvia a sociedade rural açoriana e a nossa produção leiteira, essa descompressão permitiu agora um pouco da satisfação que se vive, mas repito, não elimina o problema.

De resto, e ao contrário do que tem sido revelado pelo Sr. Ministro da Agricultura do Governo português, houve realmente projectos políticos nacionais, o caso da Espanha, o caso da Irlanda, esses sim, souberam acautelar o futuro das suas produções leiteiras.

Infelizmente, Portugal não soube e não soube pela mão do Ministro do Governo do Partido Socialista.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Medeiros.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Confesso que o Sr. Deputado José Decq Mota praticamente já abordou grande parte das questões que eu gostaria de abordar. Fê-lo de uma forma com a qual eu concordo inteiramente e peço licença para subscrever.

De qualquer modo, a mim, que como já tive a oportunidade de dizer, já tive responsabilidades no estabelecimento da quota para a Região Autónoma dos Açores, custa-me ouvir dizer que não se teve visão, que não se fez, que se ouviu secretários regionais dizerem que 336 mil toneladas eram mais que suficientes.

Eu acho que as coisas evoluem. A realidade que existia em 1990, não é a realidade que existe no ano 2000, senão teríamos estado parados, estávamos exactamente iguais ao que estávamos há 10 anos atrás. Ainda bem que assim não é.

Eu gostaria de dizer que de acordo com as regras que então vigoravam para se estabelecer a quota, havia um ano de referência e era a quantidade de leite produzida nesse ano de referência que constituía a quota a fixar para um dado estado membro ou para uma região, porque nessa altura haviam quotas regionais.

No ano de referência, a produção de leite nos Açores foi de 308 mil toneladas. Nós conseguimos 400 mil. Isto foi o que eu chamaria de grande vitória, mas nessa altura as grandes vitórias eram propaladas modestamente e talvez as pessoas não se tenham apercebido disso.

Deputado João Cunha (PSD): Muito bem!

O Orador: O que é certo é que essas 400 mil toneladas chegaram e foram suficientes até ao ano 2000. Só em 1998, julgo eu, é que a Região pela primeira vez ultrapassa a sua quota, mas havia negociações de um novo período de quota no ano 2000.

A meu ver, e repetindo um pouco o que já foi dito pelo Sr. Deputado Decq Mota, quem governava nessa altura não se preocupou em ver que a quota dos Açores estava esgotada, que os Açores precisavam de mais quota, o que criou todo este problema angustiante e que para mim constitui uma angústia bastante forte que felizmente resolve-se na “pá de um remo”, passe a expressão, mas, no fundo, não está resolvido.

É preciso pensar e estabelecer critérios para o futuro, a longo prazo.

Não me alongo mais, apesar de termos muita coisa a dizer no que respeita a esta matéria, mas vou esperar, porque segundo o Sr. Secretário Regional, o assunto será debatido e os partidos políticos irão ser auscultados. Nessa altura, haverá oportunidade para um debate mais profundo destas matérias.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Para continuar nos esclarecimentos e para que fique de uma vez por todas esclarecido o que é que pensa o Governo Regional sobre a intervenção dos Srs. Deputados.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro enunciou as actuações do Sr. Deputado Europeu, Paulo Casaca, como vinda para cá e ida para lá, na azáfama de dar informações atropelando-se a si próprio. Eu confesso que sim. Concordo consigo.

Agora, dar informações ou dizer o que é que se ia passando na União Europeia, — hoje é de uma maneira, amanhã ultrapassa-se a informação e consegue-se mais um ponto ou menos um — faz parte da negociação e a informação faz parte da vida de um Deputado Europeu.

Quando nós referimos que os Srs. Deputados do seu partido atrapalharam as negociações, não foi com informações, foi com requerimentos feitos ao Sr. Comissário Fischler, cuja resposta era nitidamente do seu antecipado conhecimento.

Quando se perguntava ao Sr. Comissário Fischler se os lavradores açorianos vão ou não pagar multas por terem ultrapassado a quota, o regulamento comunitário frisa bem que quem ultrapassar a quota paga a multa. Estava na cara, desculpem a expressão, estava tudo dito.

O que os senhores pretendiam, quer o seu colega de bancada da Assembleia da República, quer o vosso colega de bancada no Parlamento Europeu, com esses repetidos requerimentos que se fizeram ao Comissário Fischler sabendo antecipadamente qual era a resposta, era nitidamente atrapalhar as negociações que estavam em curso.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Talvez atrapalhava o Ministro da Agricultura que na altura não dizia a verdade!

O Orador: V. Exas. já conheciam a resposta.

Se não se tratasse de uma questão de duvidosa interpretação jurídica, se se tratasse de uma questão onde era necessário pedir parecer a mais de 300 pessoas, muito bem, mas não era de nada disso que se tratava. Estava “preto no branco”, mais uma vez, ou seja, no regulamento comunitário dizia-se que quem ultrapassasse a quota pagava multas. O seu colega sabia disso, todos sabiam disso e, insistentemente, faziam a mesma pergunta ao Comissário Fischler, sabendo antecipadamente qual era a opinião do Comissário acerca da matéria de quotas relativamente a Portugal e aos Açores.

Atrapalharam efectivamente a negociação em curso e não se compara a actuação desses Srs. Deputados com a do Sr. Deputado Paulo Casaca, porque ele não fazia requerimentos nesse sentido, mas sim em sentido contrário. O único eventual ou alegado defeito é que ele informava com demasiada frequência, o que para ele era um benefício, mas nós, sabíamos que as negociações se alteravam de dia para dia, e via-se — quer eu, quer o Sr. Presidente do Governo — que a informação de um dia que dizia que estavam a conseguir e que o aumento da quota já ia ser conseguido, no outro dia, já não era bem assim e voltava-se atrás outra vez.

Tanto é que, quando se referia que o aumento de quota para os Açores era de 68 mil toneladas, eu dizia logo que não sabia onde é que tinham buscar esse número. Eles diziam, mas nunca ouviam

da minha boca referir as 68 mil toneladas, a não ser referência ao auto consumo que não sabia qual era. Eu conhecia os dados que a União Europeia nos tinha dado, mas não sabia qual é que eles iam aceitar, porque haviam várias regras em jogo, como o auto consumo com referência regional, o auto consumo com referência nacional, ou com referência comunitária. Portanto, havia uma série de dúvidas em relação a essa matéria.

Quanto a isto, penso que estamos esclarecidos. Os Srs. Deputados do PSD e do PP — não na Assembleia Regional — na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, atrapalharam vivamente as negociações e estou convencido que o sucesso da campanha eleitoral foi decisivo para os que pretendiam esse atrapalhamento, porque tinham consciência que se o resultado das negociações do Governo Regional com o Governo da República e da União Europeia falhasse, para nós e para o Partido Socialista em concreto, isso era um prejuízo evidente no resultado eleitoral, enquanto que para vós era um benefício evidente.

Tem dúvidas sobre essa interpretação, Sr. Deputado?

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Não, não tenho!

O Orador: Ninguém tem!

Então conclua: os senhores atrapalharam efectivamente as negociações com interesses manifestamente político-partidários. Julgo que estamos esclarecidos em relação a essa matéria.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Gostaria de acrescentar algo mais sobre o relacionamento que temos com o Sr. Ministro da Agricultura.

O Sr. Ministro da Agricultura — convém que isto fique aqui claro — foi pessoa decisiva em todo esse processo.

Como sabem, quem é estado membro, é o país, é Portugal. A Região, os Açores, não têm negociações directas com Bruxelas.

Nós temos que nos socorrer sempre, e faz parte das regras da adesão comunitária, junto do nosso interlocutor em Bruxelas, para efeitos de assuntos de agricultura e pescas, o Sr. Ministro Capoulas Santos. Ele foi decisivo, em benefício dos Açores, no resultado dessas negociações e essa justiça tem que ser reparada.

O Sr. Ministro da Agricultura estava também mal informado quando o Sr. Secretário do Estado visitou os Açores, porque os números que o INGA dava, na altura — e o Sr. Deputado Luís Medeiros também se recorda — não se vieram a verificar se eram os verdadeiros. O equívoco é esse, ou seja, o Sr. Secretário Regional, de então, da Agricultura e Pescas — hoje e actual Ministro da Agricultura — tinha a informação do INGA que veio a revelar-se mais tarde, como Ministro, que aqueles números não estavam correctos.

Quando se negoceia em 2000 as novas quotas para os estados membros, pensava-se, com a informação que o INGA (Instituto Público Nacional) tinha transmitido, que não se tinha ultrapassado a quota.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Do Governo da República!

O Orador: Não diga, Sr. Deputado Luís Medeiros, que a quota dos Açores estava esgotada, porque o Sr. Deputado sabe muito bem que não temos quota nos Açores, a quota é nacional.

Quando nós referíamos que a quota da produção dos Açores — nós, de então, eu pessoalmente não estava — não estava excedida, sabia-se, da informação do INGA, que no Continente estava-se abaixo da produção. Havia o equilíbrio da quota nacional que não necessitaria desse tal aumento. Engano. Veio a verificar-se que havia uma informação errada do INGA, em números, quanto à produção de Portugal.

Para concluir, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro e Srs. Deputados do PSD, a vossa participação é legítima, mas foi prejudicial. Nessas circunstâncias, a vitória deve-se naturalmente aos Deputados do Partido Socialista e ao Governo Regional dos Açores de então, juntamente com os esforços do Governo da República e de muitos amigos que felizmente temos e continuaremos a ter na Europa. Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros dos Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Depois desta intervenção do meu colega de bancada, talvez a minha intervenção fosse desnecessária, mas de qualquer maneira vou prestar um esclarecimento à Câmara, talvez induzido em erros, por alguma afirmação menos correcta proferida na intervenção do Deputado Decq Mota, do Partido Comunista.

Esta questão das quotas leiteiras foi uma luta sempre desenvolvida em muitos tabuleiros pelo Governo Regional. Um deles foi precisamente o tabuleiro da ultraperiferia.

O Governo Regional sempre entendeu que um instrumento decisivo para uma boa solução desta questão, também se jogava com este instrumento que felizmente conseguimos, todos nós, fazer consignar no Tratado da União Europeia.

Lembro que desde o início do ano 2000, quando começou a pairar o espectro das multas por excesso de produção da leite, por parte dos agricultores dos Açores, o Governo Regional começou, desde então, a diligenciar e a lutar neste tabuleiro da ultraperiferia.

Lembro que na conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas realizadas na Madeira, em Março de 2000, na sua declaração final e por proposta dos Açores, foi incluído lá um ponto em que tirava como conclusão que nenhuma Região Ultraperiférica poderia vir a ser prejudicada, naquilo que constituía a sua principal base económica, por quaisquer regulamentos comunitários de aplicação generalizada.

Este mesmo princípio veio também a ser introduzido por interferência directa da Região Autónoma dos Açores no relatório do Comité das Regiões, da iniciativa do Deputado desse Comité, pela Guiana francesa e Presidente da mesma, Antoine Karan, que neste relatório aceitou uma proposta dos Açores, no sentido de fazer consignar este princípio.

Eu próprio desloquei-me ao Parlamento Europeu, para uma reunião do Grupo Inter-ilhas, em que fazia parte deste grupo a Deputada Margie Sudre, antiga presidente da Ilha de Reunião, também esta uma Região Ultraperiférica, que estava encarregue de fazer um relatório do Parlamento Europeu também sobre as ultraperiferias.

Este mesmo princípio que já havíamos conseguido consignar na declaração dos Presidentes, na Madeira, no Comité das Regiões, foi também adoptado neste relatório da Deputada Margie Sudre sobre as regiões ultraperiféricas, que não poderiam ser afectadas nas principais actividades que constituem a sua base económica por quaisquer regulamentos comunitários.

Foi tudo isto, foi através desta luta desenvolvida em todos esses tabuleiros, que se conseguiu chegar ao resultado a que se chegou.

Sr. Deputado Decq Mota, para que não restem dúvidas, o conceito de ultraperiferia, que é um instrumento fundamental que nos vai valer muito no futuro, serviu e foi encarado pelo Governo, como sendo também parte integrante da solução que veio, felizmente, a ser adoptada.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Medeiros.

Deputado Luís Medeiros (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

É óbvio que quando refiro que a quota de leite, nos Açores, estava esgotada e que a partir de 1992 deixou de haver uma quota regional, o que eu quero dizer é que as entregas de leite, ou as vendas directas ocorridas na Região, ultrapassaram o somatório das quotas individuais distribuídas na Região Autónoma.

De qualquer modo, em 1996, nós estávamos a prever que isso fosse acontecer e informávamos o INGA, com uma periodicidade trimestral, da situação das entregas de leite na Região Autónoma dos Açores. Portanto, o INGA estava perfeitamente informado da situação que se passava nos Açores.

Ficámos tranquilos quando vimos um Secretário de Estado da Agricultura, que depois veio a ser Ministro, tranquilizar-nos e prometer-nos que seria facilimo, porque havia leite com fatura no continente. Tratar-se-ia apenas de uma transferência administrativa de um reforço das quotas de leite distribuídas nos Açores.

Quando o Sr. Secretário de Estado faz isto em plena campanha eleitoral do Partido Socialista, não estaria a enganar os açorianos com objectivos político-partidários? Essas transferências não ocorreram, não se verificaram e passaram 3 anos e não entrou um litro de leite na Região. Julgo que só na campanha de 98/99 é que se efectuaram as primeiras transferências.

De qualquer modo, mesmo que a situação que se veio a verificar tenha sido por um erro de cálculo do INGA, nós não poderemos desculpar o Ministério da Agricultura. Julgo que a culpa desta situação, terá que ser assumida pelo Governo da República, pelo INGA.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A primeira nota que queria deixar é tão simplesmente o registo de que o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, na sua intervenção e na perspectiva política em que se colocou, não me incluiu como alvo dos seus tiros.

A segunda nota, prende-se com o facto do Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Finanças e Planeamento colocar toda a sua artilharia, a existente e a fictícia, carregada com munições, contra a minha pessoa e contra as minhas declarações.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): E “very lights”!

O Orador: Exactamente, principalmente “very lights” porque é “fumo sem fogo”.

(Risos da Câmara)

Deputado Mark Marques (PSD): Muito bem! Foi um tiro no pé!

O Orador: Quanto às questões, sérias, importantes e que são decisivas, eu não fiz nenhuma afirmação no sentido de que o Governo não se preocupava com o instrumento da ultraperiferia. Eu participei como coordenador de um partido político da Região Autónoma, como o Sr. Secretário Regional participou, como Secretário Regional que era, numa reunião efectuada pelo Sr. Presidente do Governo Regional com Deputados Europeus, onde várias destas questões foram profundamente debatidas num dado momento.

Portanto, eu não fiz, não faria, não tinha razão para fazer, afirmações de que o Governo está desinteressado da questão da ultraperiferia. Não é isso que eu coloco. O que eu coloco e quero colocar com toda a clareza, é que é insuficiente pensar-se que uma boa solução para este problema vital da nossa economia produtiva, se encontra sem que este vector lá entre e pese em parte da solução.

É insuficiente que estando neste momento a serem discutidas as medidas da ultraperiferia, havendo até estudos feitos por reputados economistas açorianos que apontam a necessidade e até mesmo cenários bem avançados de reivindicação neste quadro, havendo esses estudos, havendo essa discussão e negociação em curso, haja tão pouca informação institucional dessa matéria.

Há informação que se consegue obter e falo por mim, pela minha área, porque consigo obter por vias a que tenho acesso, pela área política em que estou inserido, mas do ponto de vista de informação institucional, há muitíssimo pouca e aquela que há permite, pelo menos, pôr a dúvida ou ficar com a preocupação séria de que não se está a pensar fazer a pressão suficiente, para que essa vertente da ultraperiferia entre na resolução desse problema produtivo naquela quota parte que deve entrar.

O Sr. Secretário sabe muito bem a que é que me estou a referir e o alerta que quis fazer foi exactamente nesta área.

Dentro deste hemiciclo, além do Sr. Secretário Regional, há outras pessoas que pela participação que têm neste processo, sabem bem ao que é que me estou a referir.

Entretanto, do ponto de vista institucional, está-se a fazer um tipo de segredo que faz levantar a suspeita legítima de que não se quer caminhar por esse caminho tanto quanto se poderia.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado José Decq Mota:

Agora, desafio-o, pessoalmente. Qual foi o requerimento que o Sr. Deputado fez, ao qual eu não tenha respondido sobre matéria de negociação do POSEIMA? Se calhar é deficiência dos serviços da Assembleia ou do meu gabinete. Eu não tenho nenhum requerimento e não faço segredo absolutamente nenhum com nenhuma das matérias que estão sobre a tutela da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas.

De resto, penso que o Governo, de forma genérica, gere com a suficiente transparência todos os fenómenos que têm a ver com negociações.

Porém, como V. Exa. muito bem sabe, e há pouco acabou de referir, quanto às negociações em Bruxelas, se quer que eu lhe diga o resultado, eu próprio não sei. Quer que lhe diga as negociações? Posso-lhe dizer que já avançaram de determinada maneira e já recuaram em outras. Se quer dizer que neste momento, por via do POSEIMA, devíamos resolver a questão da quota regional, devo dizer que é muita má altura.

A conjuntura política internacional, europeia, para falar de questões de leite e de carne é a pior. Não devemos nem podemos, neste momento, levantar sequer essa questão, porque a resposta seria obviamente negativa. Era dos tais requerimentos que não devíamos fazer.

É, por falta de estratégia política, não se reconhecer a conjuntura sectorial que se vive neste momento, e achar-se que por via de uma negociação do POSEIMA devia resolver-se agora a questão das quotas leiteiras. É impossível, Sr. Deputado.

O Governo não pensa, felizmente, como o senhor, senão tinha fechado esse dossier, ou seja, se por via do POSEIMA tentasse resolver a questão das quotas leiteiras, ficava com o dossier fechado negativamente, porque sectorialmente é uma conjuntura que está em mutante crise, em termos de expectativas, em termos de definições e que de dia para dia, como V. Exa. muito bem tem lido na comunicação social, as decisões do Sr. Comissário Fischler variam, as propostas alteram-se e as decisões da Comissão são variadíssimas.

Portanto, não é a altura adequada.

Eis que aqui está um bom momento para divergirmos em relação à estratégia, não em relação aos objectivos. Nós manteremos, defenderemos e continuaremos a defender que os interesses vitais da actividade económica principal, neste momento, nos Açores, estarão sempre defendidos com este Governo Regional, com a perseverança que lhe é reconhecida, mas não podemos optar por uma estratégia errada.

Essa sua estratégia, que julgo ter interpretado nesses moldes, não é a adequada para resolução do problema.

Quanto a informações, Sr. Deputado, estamos sempre disponíveis para lhe dar a informação.

Agora a informação do que é que foi a reunião técnica de ontem, do que é que vai ser a reunião técnica de amanhã, não sei se beneficia de alguma coisa. Naturalmente que não. Portanto, não vejo onde é que está a falta de informação.

Para que fique claro e definitivamente esclarecido, na minha Secretaria, neste Governo Regional, não tratamos essa informação como confidencial. Achamos que os interesses sectoriais dos Açores dizem respeito aos Açores e temos a consciência que momentaneamente, ainda que sejam, esperamos nós e temos a certeza, por 4 anos, temos a gestão desse sector ao nosso cuidado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura:

Eu tenho muito pouco tempo, mas muito telegraficamente tenho que lhe dizer que todas as pessoas conhecem a sua habilidade, a sua fluência e a sua capacidade de definir uma hipótese estratégica e dar a resposta.

Definiu aquilo que seria a minha estratégia e deu a resposta, mas fugiu, lateralizou o problema. Sabe que eu falei como falei, porque quis.

Falei de forma decifrada, deliberadamente, porque eu entendo que esses problemas têm os seus momentos, os seus sítios e os seus locais. Esses timings são importantes serem respeitados.

Há determinadas opiniões que devem ser expressas em dado momento, em dado local e apenas aí.

Eu não abri estratégia nenhuma, embora tenha muitas interrogações, muitas dúvidas, mas tenho muita pouca informação. Eu posso pedir informação a V. Exa. e vou pedir com certeza, mas o Sr. Secretário sabendo que existem forças políticas na Região Autónoma dos Açores, se tem interesse

em partilhar — como há pouco disse — opiniões neste campo, também pode tomar a iniciativa de transmitir informação que possa ajudar à definição de estratégias adequadas.

Agora, por exemplo, está a ser discutida a questão do POSEIMA, mas também estão a ser discutidas as medidas específicas.

Qual é a evolução que essa discussão vai ter em termos temporais? Eu não sei.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Nem eu, Sr. Deputado!

O Orador: Mas certamente terá um conjunto de dados mais rigorosos do que aqueles que eu tenho.

Ao longo deste ano? Este ano é 2001. Em 2003, na sua estratégia, é o ano da definição da nova quota de leite.

Não é altura de ir fazendo alguma doutrina?

Deixo esta questão que é muito diferente do cenário que o Sr. Secretário, com habilidade, montou e desmontou.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Luís Medeiros.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Cumprindo o calendário estabelecido, a Comissão Europeia apresentou ao Parlamento Europeu, a proposta de Regulamento do Conselho que estabelece medidas específicas relativas a determinados produtos agrícolas, a favor dos Açores e da Madeira, ou seja, a proposta de alteração do POSEIM.

Este Regulamento consubstancia o que julgo virá a ser o único instrumento de concretização do nº 2 do artigo 299º do Tratado, relativo às Regiões Ultraperiféricas, no que respeita à vertente agrícola — daí a sua importância.

Conforme já tive a oportunidade de referir nesta Câmara, algumas das medidas propostas neste documento, na minha perspectiva, não têm em conta os interesses da Região e em pouco ajudarão na mudança que se julga desejável para algumas produções ou na consolidação e desenvolvimento de outras.

Por isso, e mesmo correndo o risco de enveredar por aspectos essencialmente técnicos, parece-me oportuno fazer uma chamada de atenção para as seguintes questões:

Em primeiro lugar, para o sector do açúcar e para o REA – Regime Específico de Aprovisionamento.

A manutenção da indústria açucareira é essencial para a preservação e desenvolvimento da produção de beterraba sacarina;

Esta, por sua vez, constitui uma das únicas e últimas hipóteses de alguma diversificação no panorama agrícola de São Miguel.

Por outro lado, a transformação da beterraba, para além de representar uma actividade centenária nos Açores, envolve aspectos económicos e sociais importantes, designadamente a manutenção de um número apreciável de postos de trabalho.

A SINAGA vive actualmente um período muito difícil, pois não pode ser rentável apenas com a produção do açúcar necessário para o abastecimento dos Açores. Este, por força do aparecimento das grandes superfícies e da modificação dos hábitos alimentares da população, tem vindo a diminuir de forma muito significativa (quando se negociou o POSEIMA em 1990 era de 8000 t e agora ultrapassa ligeiramente as 5.000 t/ano). A diminuição da laboração açucareira determinou também o encerramento da fábrica do álcool.

Assim, para além da defesa intransigente de uma quota de produção de açúcar branco adequada às necessidades da empresa, estimadas em 20.000 toneladas/ano, há que deixar garantido o direito à expedição do produto para o Continente e Madeira, justificado com base nas correntes tradicionais para esses mercados, que remontam aos finais do século XIX. A este respeito, note-se que à SINAGA tem sido vedada a colocação de açúcar branco no Continente e na Madeira, mas nada tem impedido que sofra a concorrência, no nosso próprio mercado, das refinarias do Continente, que colocam o seu produto à venda na Região a preços que, com certeza, não reflectem todos os custos.

A revisão do REA, para além do aumento da possibilidade de importação de ramas de açúcar até perfazer uma quota de produção de açúcar branco de 20.000 t, deveria também passar a incluir os bagaços de soja e de girassol, bem como o corn gluten feed, que são matérias primas de origem vegetal cada vez mais indispensáveis no fabrico de alimentos compostos para animais. E porque não também os adubos? Deste modo, contribuir-se-ia de forma mais eficaz para atenuar o nosso distanciamento dos mercados fornecedores.

Em segundo lugar, vejamos as medidas em favor das produções dos Açores:

No que diz respeito às ajudas às produções agrícolas, a cultura da chicória encontra-se totalmente paralisada e estão desactivadas todas as fábricas de torrefacção. Por seu turno, a produção de batata de semente também tem visto a sua actividade bastante reduzida, não indo actualmente a área ocupada muito além de uns escassos 20 ha. Julgo haver interesse na manutenção destas culturas, pelo que as ajudas a elas destinadas e previstas na proposta da Comissão deverão ser mantidas, tendo em vista a sua eventual recuperação. Porém, as áreas a elas afectas poderão ser bastante diminuídas, o que irá libertar verbas importantes para o reposicionamento ou para introdução de outras ajudas com muito interesse, destacando-se:

- a) A elevação do nível da ajuda à produção de chá para 1000 euros/ha;
- b) A reposição do nível da ajuda à produção de tabaco em 0,35 euros/quilograma, até ao limite de 250 toneladas, como havia sido pedido;
- c) A introdução da possibilidade do estabelecimento de contratos de campanha, nos termos do artigo 6º, para a batata de consumo, até ao limite de 10.000 t, fixando-se o nível da ajuda em 20 % do valor da mercadoria colocada no destino;

É uma ajuda que considero de extraordinária importância, dada a área ocupada pela cultura da batata de consumo, no Nordeste da Ilha de São Miguel.

- d) A introdução de uma ajuda ao envelhecimento do vinho verde, já anteriormente calculada em 0,08 euros/hl/dia, por um período mínimo de três anos, até ao limite de 4.000 hl/ano.

No que respeita às ajudas no sector das produções pecuárias parecem-me merecer atenção as seguintes:

— A proposta da Comissão refere um complemento ao prémio à manutenção de vacas aleitantes de 50 euros/cabeça que, em boa verdade, corresponde praticamente ao que já é pago actualmente. Por outro lado, e tendo em conta:

- 1— A situação resultante da ultrapassagem das quotas leiteiras em muitas explorações;
- 2— As particularidades do sistema produtivo das nossas ilhas;
- 3— A eventual necessidade da reconversão de muitas explorações no sentido do aumento da produção de carne, seria conveniente prever, através do POSEIMA, a existência de uma reserva de direitos ao prémio de manutenção de vacas aleitantes, a serem utilizados pelos produtores açorianos, segundo critérios objectivos a determinar de comum acordo com a Comissão.

A proposta de Regulamento apresentada pela Comissão, insisto, extingue o complemento dado pelo POSEIMA ao prémio especial à engorda de bovinos machos. Por outro lado, liberta este último prémio dos máximos nacionais a que está sujeito, mas limita o número de animais elegíveis ao prémio ao número de candidaturas pagas no ano de 2000.

Simultaneamente, institui-se uma ajuda ao escoamento de bovinos machos jovens, a qual mais não é do que uma conveniente e adequada reformulação do pagamento actualmente em vigor do complemento POSEIMA aos bovinos que abandonam a Região antes de atingirem a idade de candidatura ao prémio especial. Institui-se também, e ainda bem, como complemento ao prémio ao abate.

Independentemente das vantagens que resultam da instituição em novos moldes da ajuda ao escoamento de bovinos jovens e da fixação de novos máximos para o prémio à engorda, continuo a pensar que a extinção do complemento POSEIMA a este último prémio, poderá vir a ser responsável por distorções graves no desenvolvimento da fileira carne de bovino, uma vez que o novilho que é mantido na região, com vista à produção de carne, passa a ser negativamente discriminado em relação aos bovinos jovens que são expedidos em vida para completarem o seu ciclo produtivo noutros locais.

E no que respeita a este grupo de ajudas, ainda uma palavra relativa ao prémio à manutenção de vacas leiteiras.

O valor actual deste prémio é de 96,6 euros/cabeça. A proposta da Comissão fixa os 80 euros com que foi inicialmente instituído, o que deverá ser corrigido, e mantém também o número máximo de animais elegíveis em 78.000/ano.

A realidade actual aconselha a revisão deste limite máximo no sentido da sua adequação ao efectivo existente, ou até mesmo, atrevo-me a dizê-lo, através da criação de um mecanismo de cálculo do número de animais elegíveis em função da quota leiteira disponível anualmente em cada exploração.

Finalmente, e em matéria de derrogações de carácter estrutural, penso que deveria pugnar-se para que as taxas de comparticipação dos fundos estruturais nos investimentos nas explorações agrícolas tenham um nível mínimo generalizado de 75% e, nos projectos relativos à comercialização e transformação dos produtos agrícolas, tenham o mesmo nível de apoio das chamadas ajudas com finalidade regional.

Outras questões como sejam as ajudas à reconversão da vinha e as derrogações na utilização de castas híbridas, as ajudas à produção de maracujá e de manutenção de sebes vivas (abrigos), estas últimas com muito interesse na diversificação da produção, deveriam também ser merecedoras de atenção; todavia, foram totalmente abandonadas pela Comissão.

Interrogo-me também se se considerar que este poderá vir a ser efectivamente o único instrumento de concretização do nº 2 do artigo 299º do Tratado, se não seria a oportunidade adequada para o comprometimento das instâncias comunitárias numa solução para o problema das quotas leiteiras no futuro.

Termino, repetindo que referi todas estas questões apenas com o intuito de chamar a atenção de V. Exas. para uma proposta de Regulamento que, ao ser aprovada, vai ter um papel determinante no nosso futuro próximo e também na convicção de que estamos ainda a tempo de propor e insistir nas alterações mais convenientes à defesa dos nossos interesses.

Esperemos que o perfeito entendimento já hoje aqui anunciado por Sua Exa. o Sr. Secretário Regional, entre as instituições comunitárias e o Governo Regional dos Açores, produza os seus frutos e permita resolver, a contento, todas estas questões.

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Permita-me, Sr. Deputado Luís Medeiros, recordar duas ou três histórias deste Parlamento, depois da sua tomada de posse.

Na sua primeira intervenção, quando tive oportunidade de passar lá fora por si, dei-lhe os parabéns, não sei se se recorda.

Na segunda, aquele desaguisado que também já faz parte da história.

Na terceira, volto-lhe a dar os parabéns, agora publicamente.

Como vê, da minha parte, não há qualquer dúvida em reconhecer aquilo que está bem dito ou bem opinado, como também em reconhecer e afirmar aquilo que está mal dito ou mal afirmado.

Na sua intervenção destaco logo, na primeira parte, que em matéria de açúcar, se V. Exa. lê a Comunicação Social, comunga das minhas preocupações, das preocupações deste Governo. Eu visitei a fábrica, conheço perfeitamente a realidade e penso que naquilo que puder ajudar, estamos disponíveis para encontrar as melhores soluções.

Devo dizer, como o Sr. Deputado muito bem sabe, que o problema da quota do açúcar não é nada fácil. Os lobbies, nesta matéria, em termos europeus e até nacionais, são muito complicados, portanto, todas as ajudas que vêm, vêm por bem.

Adiantando mais, o último Conselho de Ministro da Agricultura, adiou esse problema, o problema das quotas do açúcar, isto é, a infeliz ideia da eventual diminuição das quotas para todos os países-membros. Naturalmente, vamos fazer valer os nossos interesses por via da ultraperiferia.

O problema é muito simples. Se a Europa nos diz — e é o que está dito neste momento — que não se pode crescer no leite, se a Europa nos cria problemas constantes com a carne, quais são as alternativas?

Obviamente que uma das alternativas, e não temos que importar nenhuma indústria, porque ela já existe, é a beterraba.

Portanto, não vamos desistir dessa luta e desta batalha.

Vai ser difícil e peço naturalmente a colaboração de todos. À primeira vista parece que não é nada do outro mundo, mas é. É um problema muito complicado.

Eu já desenvolvi os mecanismos e as influências que achei adequadas para a resolução desse problema e devo confessar que não é nada fácil.

De resto, não tenho ainda a habilidade política suficiente, e se calhar também não tenho essa hipocrisia, de esconder os problemas. Para mim, era muito mais fácil não ter visitado a fábrica, não anunciar que ia batalhar ou que este Governo estava interessado na luta pelo aumento da quota, sem que antecipadamente tivesse essa garantia na manga.

Essa garantia não existe, mas é de peito aberto que vamos para essa luta e por isso peço humildemente, neste caso, a vossa colaboração, naquilo em que for útil e naquilo que dentro das vossas organizações partidárias do poder político, que podem exercer junto de deputados, junto das vossas fontes, puderem ajudar. O Governo Regional fará tudo o que estiver ao seu alcance nesta matéria.

Quanto ao resto, o Sr. Deputado referiu uma série de opiniões no que se refere às medidas específicas relativamente ao POSEIMA. Concorde com quase todas elas, mas tenho algumas divergências, não por divergências de princípio, mas porque a comunidade e também nós temos que nos desviar de algumas áreas complicadas.

Por exemplo, o subsídio ao adubo é uma delas. Apoiar o adubo neste momento, parece-me muito complicado em relação àquilo que é ambientalmente sustentável e aquilo que são as directivas comunitárias dos nitratos. Há muita regulamentação comunitária, aos próprios interesses da Região, de motivarmos e incentivarmos uma agricultura intensiva quando, se calhar, toda a nossa propensão não é para extinção da agricultura intensiva, mas talvez para a motivação da agricultura extensiva.

Temos problemas em algumas ilhas a nível dos recursos hídricos que com os adubos gera problemas complicados. Nesse capítulo discordamos, mas em todos os outros penso que temos uma série de opiniões convergentes.

Por exemplo, a taxa de comparticipação, se calhar, é uma das vias que encontramos e que está bem encaminhada na negociação.

Continuo a dizer que o Sr. Deputado Luís Medeiros está mal informado quanto ao prémio dos bovinos machos, porque o número de candidaturas aumentou para o dobro.

Presidente: Sr. Secretário, agradecia que concluísse o seu raciocínio, porque o seu tempo esgotou.

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente. Concluirei.

Estamos de acordo em muitas coisas. Como vê é fácil dar parabéns quando se merece.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Medeiros.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, Sr. Secretário, para lhe dizer que não estou equivocado quando à questão do prémio aos bovinos machos.

V. Exa. está a falar no prémio especial à engorda dos bovinos machos. Esse continua a existir. Todos os produtores comunitários recebem-no, da Filândia ao Corvo.

Eu estou a referir-me ao complemento do POSEIMA dado ao prémio dos bovinos machos. Esse desaparece.

O que é que acontecia?

O prémio dos bovinos machos estava sujeito a um máximo nacional. Portanto, os animais inscritos nos Açores, eram objecto de rateio quando o número de candidaturas ultrapassava esse máximo nacional, o que reduzia, de certo modo, o número de candidaturas.

Eu disse na minha intervenção que se liberta, com a presente proposta da Comissão Europeia, do máximo nacional, o prémio especial, mas deixa-se de dar o complemento do POSEIMA que, com a actualização da taxa verde, quando se passou de ecus para euros, anda à volta de 50 ecus — estamos a falar de 10 contos — e continua-se a dar — esse complemento aos animais que são exportados com vida, em idade jovem. Ainda bem que se dá, porque temos os viteleiros e a maior parte dos animais que saiem da Região merecem ter esse complemento.

Os animais que ficam na Região, que vão ser engordados e, eventualmente vão ser transformados em carne dos Açores e depois exportados enquanto carne, deixam de ter esse complemento. Isso está bem claro no artigo 21º, Sr. Secretário.

Eu não me refiro ao prémio especial à engorda. Refiro-me ao complemento do POSEIMA, ao prémio especial à engorda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de 30 minutos.

(Eram 17 horas e 20 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos prosseguir os nossos trabalhos. Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

(Eram 18 horas e 05 minutos)

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste período de antes da ordem do dia entendi ser meu dever fazer algumas considerações sobre os problemas que hoje se colocam às pessoas vítimas da Doença do Machado-Joseph, a qual atinge muitos cidadãos naturais e residentes na nossa Região, existindo na Ilha das Flores um elevado número de pessoas portadoras daquela doença, muitas delas já atingidas e sofrendo as graves consequências incapacitantes provocadas pela sua evolução.

No passado, e concretamente em Setembro de 1989, o Partido Comunista Português apresentou, nesta Assembleia, dois projectos de Decreto Legislativo Regional sobre esta problemática, onde se propunha a criação de um instituto para o estudo da doença e a atribuição de apoios aos doentes vítimas daquela enfermidade. Estes documentos viriam a ser apreciados e rejeitados em sessão Plenária de 25 de Janeiro de 1990. Nessa altura e sobre esta matéria afirmamos que:

"Esta doença provoca gravíssimos **problemas sociais**, na medida em que os doentes vão diminuindo progressivamente a sua capacidade produtiva, acabando pela impossibilidade de desenvolver qualquer actividade profissional, pondo muitas vezes em causa a subsistência do agregado familiar. Os doentes com frequência são reformados por invalidez, reforma esta que não basta às suas necessidades, acrescidas devido às características da doença e, menos ainda, às da sua família.

Estas pessoas, primeiro com dificuldades de locomoção, depois paráliticos, às vezes quase cegos, sem controlo sobre os esfíncteres, ficam totalmente **dependentes de terceiros**, que os ajudam a viver. A situação das famílias afectadas pela "Doença do Machado" é normalmente grave. **O cônjuge são**, ou abandona o doente para trabalhar e obter o sustento da família ou, não o abandona e tem como consequência um agravamento da situação económica familiar.

Assim, consideramos que é uma obrigação social contribuir para a **manutenção destes agregados familiares**, e salvaguardar a sua existência em condições o mais condignas possíveis."

Na altura também afirmei:

"Está nas nossas mãos que os atingidos e os portadores da Doença do Machado deixem de viver entregues a si próprios", e terminei uma das minhas intervenções afirmando que "não nos preocupa exclusivamente o julgamento que hoje terá aqui este assunto, porque sabemos que a importância, justiça, oportunidade e razoabilidade dele, será julgado, ao fazer-se a história da nossa Região".

Felizmente que esta matéria continuou na ordem do dia e na sessão plenária seguinte deste Parlamento, que aprovou por unanimidade uma proposta de resolução apresentada pelo PS e modificada pelo PSD, recomendou-se ao Governo Regional, no âmbito da Secretaria Regional da

Saúde e Segurança Social, a criação de um grupo de trabalho no sentido de colher os elementos necessários à determinação dos indivíduos atingidos pela doença e da criação de medidas para o aconselhamento tendente à prevenção e ao acompanhamento dos portadores da doença.

Finalmente, então por proposta do Governo Regional, em 10 de Setembro de 1992, ao terminar a legislatura, foi aprovado por unanimidade o Decreto Legislativo Regional "medidas especiais de apoio aos indivíduos portadores da Doença do Machado", publicado em Outubro e que recebeu o n.º 21/92-A, ao qual se seguiu o Decreto Regulamentar Regional n.º 9/93-A de 6 de Abril de 1993, que estão em vigor e cuja aplicação tem permitido minorar a difícil vida dos atingidos pela doença.

Desde há dois anos que funciona o projecto "rede de suporte social Machado Joseph" promovido pelo Instituto de Acção Social. Neste momento, e nas Flores, já foi organizada uma associação cívica de apoio aos doentes Machado Joseph. Por isso mesmo, hoje é possível avançar e muito no apoio e acompanhamento daqueles doentes. No entanto, muito há a fazer e é fundamental que a Região contribua para que essa Associação seja instalada em local apropriado, de fácil acesso às pessoas que sofrem das incapacidades motoras características daquela doença. Neste momento, também urge que em algumas habitações, onde vivem doentes, existam apoios na adaptação dessas habitações à doença dessas pessoas.

Alguns aspectos existentes hoje em relação àqueles doentes julgo poderem ser resolvidos se houver vontade comum, de todos, em resolvê-los; casos há que pessoas, com a doença, com impossibilidade de locomoção, se são funcionários da administração pública, vêm-se obrigados a se deslocarem ao Faial, para se submeterem a Junta Médica, quando requerem aposentação. Isto já é tempo de ser ultrapassado; não é admissível que a Caixa Nacional de Aposentações continue a ter apenas na Horta uma Junta Médica que é responsável pelos funcionários que requerem o seu direito à aposentação nas Flores.

Mas também com a segurança social há questões a melhorar — não é admissível que **todos** os processos de reforma, instruídos apenas pelos médicos das Flores, sejam liminarmente indeferidos pela Junta Médica que analisa administrativamente o processo, embora a esses médicos não se ofereçam dúvidas da invalidez do cidadão; e, só quando ele junta ao processo relatório de especialista hospitalar, é que vê o respectivo processo aprovado.

Se os próprios serviços da Segurança Social põem em causa o trabalho dos dois médicos que trabalham nas Flores, constituídos em Junta Médica, e administrativamente indeferem os processos, algo funciona mal, e isso reflecte a falta de confiança que determinados serviços manifestam pelo trabalho institucional de outras pessoas, que até são especialistas em clínica geral; e, em termos sociais é desprestigiante para os médicos que em situação difícil exercem a sua profissão na Ilha das Flores. E, dizemos em situação difícil, porque neste momento as Flores apenas tem 2 clínicos gerais, os quais têm o direito a férias, cursos de reciclagem, acções de formação, etc, o que se traduz por períodos de tempo em que os 4.000 florentinos apenas se podem socorrer de "um só médico" como ocorre exactamente neste preciso momento.

Por isso mesmo, quero fazer um veemente apelo à Sra. Secretária Regional da Saúde no sentido de não deixar os florentinos abandonados à sua triste sorte e mantenha no Centro de Saúde das Flores, **em serviço efectivo**, pelo menos 2 médicos, o que implica que aquela instituição tenha pelo menos 3 clínicos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de voltar ao assunto inicial da minha intervenção — os doentes portadores da Doença do Machado Joseph. É fundamental que a legislação vigente seja totalmente cumprida e em toda a sua abrangência e seria desejável que os procedimentos fossem iguais em toda a Região; não é aceitável que o mesmo Decreto Legislativo Regional tenha uma interpretação em São Miguel e outra na Flores. Mas vamos pormenorizar.

O Decreto Legislativo Regional n.º 21/92-A no seu artigo 5º determina que aos doentes será concedido cadeiras de rodas, canadianas, almofadas anti-escaras, etc.. Por isso mesmo será fundamental a existência destes materiais na Ilha — Centro de Saúde ou Acção Social — no sentido deles serem fornecidos aos doentes e, fundamentalmente, no que diz respeito às cadeiras de rodas, têm existido algumas dificuldades que julgo poderem ser ultrapassadas.

Quanto à prescrição médica, em São Miguel, ela é feita nos Centros de Saúde e o receituário é aviado gratuitamente em Farmácia. Aliás, conhecemos documentos emitidos pelo Centro de Saúde

de Ponta Delgada, enviado às farmácias, sobre a aplicação do Decreto n.º 21/92-A, onde é dada uma interpretação sobre os medicamentos não incluídos, enquanto nas Flores os medicamentos são fornecidos directamente no próprio Centro de Saúde e com uma interpretação muito mais restritiva, na medida em que o decreto consigna que os doentes têm direito à prescrição médica, nomeadamente de analgésicos, anti-espásticos, vitaminas e todo o material de planeamento familiar, o que julgamos dever ser interpretado que os doentes têm direito à prescrição dos medicamentos que directa ou indirectamente necessitam pelo facto de serem portadores da doença em causa e já estarem afectados. Aliás, interpretação dada no Centro de Saúde de Ponta Delgada.

Outro aspecto que gostaria de chamar a atenção é para o facto de não existir na ilha qualquer possibilidade daquelas pessoas poderem usufruir de fisioterapia; será oportuno que se pense na possibilidade desses doentes e muitos outros poderem receber esse tipo de tratamento na sua ilha, sem a necessidade de passarem longos períodos na Terceira ou em São Miguel. Dado que a iniciativa privada não se mostrou, nem mostra, disposta a arriscar nesta área, seria oportuno que os Serviços de Saúde avançassem com esse tipo de projecto, o qual cada vez faz mais falta a muitas pessoas. A existência de fisioterapeuta nas Flores cada vez se torna mais necessária e urgente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sabendo-se da existência de meios públicos para apoio a estes doentes e aos portadores desta doença, é fundamental assegurar nos quadros legais existentes, o eficaz aproveitamento desses meios, associado a uma total transparência na sua gestão.

Somos de opinião que existem condições para manter e melhorar muito os apoios aos portadores da doença; mas a sociedade só se mobiliza se perceber que tudo é feito com toda a transparência e o máximo de clareza.

Deputado José Decq Mota (PCP): Muito bem!

Presidente: Sra. Secretária Regional, eu lamento imenso, mas não lhe posso dar a palavra, porque o Governo não dispõe de tempo, nem um minuto. É lamentável, mas é a verdade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Ouvi, como não podia deixar de ser, com muita atenção, as preocupações que aqui trouxe que sendo, numa primeira parte, de carácter geral dos Açores, porque infelizmente a Doença de Machado Joseph não é exclusivo da Ilha das Flores, não é menos verdade que afecta particularmente e em percentagem muito significativa, a população florentina.

É uma doença terrível! É uma doença que nos preocupa e que merece, da parte do Partido Socialista e do seu Governo, quer deste que agora inicia funções, quer do anterior, a maior das atenções.

O Sr. Deputado fez a justiça — e registo — de salientar a criação, no âmbito da Segurança Social, da rede de apoio social aos familiares e doentes da Doença Machado Joseph. É uma rede que está implementada, que está a trabalhar, que dispõe neste momento de quadros na Ilha das Flores, nomeadamente uma psicóloga, a tempo, e inteiro e de outros profissionais.

É claro que “Roma e Pavia não se fizeram num dia”.

As medidas já tomadas com as quais estamos perfeitamente de acordo, não solucionam o problema. É um problema que nunca terá solução, mas poderá ser atenuado e minorado o sofrimento destes doentes e das suas famílias.

É nesse sentido que, tanto quanto sei, se está a trabalhar.

Infelizmente, a Sra. Secretária não poderá, com maior propriedade — dominará certamente melhor os dossiers do que eu — avançar neste momento com explicações, mas daquilo que eu sei, neste momento, independentemente das interpretações, e é isso que importa, nenhum doente portador da Doença Machado Joseph, deixa de receber a medicação, no Centro de Saúde, a que tem direito nos termos da lei.

A informação que disponho é que a única diferença que haverá relativamente a Ponta Delgada, é que nas Flores a medicação é fornecida directamente pela farmácia do Centro de Saúde, que fica curiosamente a 20 metros da outra farmácia. Portanto, não há aqui um problema de deslocação ou um problema de facilidade de acesso aos respectivos medicamentos, até porque normalmente as pessoas passam pelo Centro de Saúde antes de adquirir os medicamento, porque vão ao médico.

O Sr. Deputado deixou também expressa uma preocupação que é nossa, que comungamos, que partilhemos e que nos empenhamos decididamente em ultrapassar, ou seja, a questão dos médicos. Infelizmente, ainda só temos dois médicos residentes, por algumas vezes, e isso está a acontecer neste momento, apenas fica um médico na Ilha das Flores.

Essa preocupação, quer da minha parte, quer da parte do Grupo Parlamentar do PS ou da parte do Governo, é tal que tendo a Dra. Emiliana Dias, por razões da sua carreira, que se ausentar das Flores, hoje mesmo, por volta da 4 horas da tarde, chegou àquela ilha o Dr. Paulo Massa para a substituir.

Portanto, estamos atentos, estamos preocupados e estamos a trabalhar, para ir resolvendo essas situações.

Há um aspecto que concordo veementemente consigo e é uma exortação que faço, porque julgo é que importante, ou seja, a questão do fisioterapeuta. Por todas as razões e mais uma, porque se tratam de tratamentos prolongados, uma vez que a Ilha das Flores está afastada e muitas vezes tratam-se de famílias de poucos recursos, sabendo que as prestações, embora de apoio, tenham aumentado significativamente nos últimos tempos, mas são sempre diminutas, julgamos que, na medida do possível — creio que essa é também uma preocupação do Governo Regional — se procurará que a Ilha das Flores possa beneficiar das prestações de um médico fisioterapeuta, não só para as situações normais do âmbito da ortopedia, mas até em termos de reabilitação e de manutenção física dos doentes, particularmente dos Doentes de Machado Joseph.

Prestados estes esclarecimentos que julguei importantes neste momento, no geral, subscrevo as preocupações do Sr. Deputado que não poderiam deixar de ser, obviamente, também as nossas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Verifiquei que a Sra. Deputada não teve tempo de se pronunciar, mas não quer dizer que amanhã não nos possa dar informações sobre esta matéria, no tempo que o Governo terá disponível, neste período.

O Sr. Deputado Herberto Rosa refere o assunto de acordo com aquilo que eu também referi, o que registo, e gostaria de me regozijar pelo facto dele informar o que eu desconhecia, ou seja, de que há momentos chegou às Flores um médico, mas esta é uma medida que, provisória e transitoriamente, vai permitir que estejam a trabalhar na ilha dois médicos, mas a situação que se verificou ontem, antes de ontem e nestes últimos dias, em qualquer altura, poder-se-á verificar e é uma situação muito complicada.

Aliás, eu não escondo que já me pronunciei criticamente em relação aos serviços de saúde e até à actuação do modo de algum funcionamento dos serviços sociais.

No entanto, neste momento, tenho que dizer com toda a honestidade, que toda a minha admiração vai para o esforço dos médicos que têm estado nas Flores sozinhos.

Registe-se que nesta última semana as Flores tem tido um problema grave, porque há uma epidemia naquela ilha e as escolas foram fechadas provisoriamente por alguns dias, porque uma percentagem elevadíssima das crianças, estava com gripe.

Estes 4 mil habitantes com estes problemas graves, têm obrigado a um sacrifício muito grande do único médico que tem estado de serviço. É de registar este espírito de sacrifício, mas é também de apelar no sentido de que esta situação deve mobilizar todos os responsáveis no sentido de se poder ultrapassar estas situações em termos definitivos. Para isso, é urgente, em nosso entender, que os quadros dos serviços das Flores sejam providos de mais um médico com muita urgência para além dos problemas de especialidade que eu já referi aqui. Hoje referi o caso do médico fisioterapeuta, mas temos o caso do médico dentista e do estomatologista que são fundamentais para a ilha. São um conjunto de situações importantes.

Mas a minha intenção hoje, era referir o problema da “Doença do Machado” e reconhecendo como está na intervenção o que se tem feito, há ainda muito a fazer.

É um problema que é irresolúvel, porque a doença não tem cura, mas há um conjunto de interesses e de mobilizações, hoje, da nossa sociedade, que pode ser aproveitado e pode ser melhorado.

Aliás, aponto aqui a necessidade da Associação ser apoiada no sentido de ter instalações próprias, em condições de receber os seus doentes e com acessibilidades de acordo com esta doença; a

necessidade de haver uma transparência e clareza na aplicação dos meios, porque isso também contribui para mobilizar as pessoas e para que elas próprias se sintam participantes na resolução do problema.

Presidente: Sr. Deputado, agradeia que concluísse o seu raciocínio, porque o seu tempo esgota-se.

O Orador: Termine já, Sr. Presidente.

Em relação ao problema dos medicamentos, primeiro passa-se uma situação em que, nas Flores, a pessoa muitas vezes sente-se mal pelo facto de não aviar o receituário, exactamente nas mesmas circunstâncias que os outros utentes dos serviços de saúde, enquanto que em Ponta Delgada o serviço funciona normalmente, só que o medicamento é totalmente pago.

Por outro lado, há o problema da interpretação que está escrita por parte do Centro de Saúde de Ponta Delgada, através de um ofício circular de 1998, em que se dá uma interpretação que eu considero correcta em relação aos medicamentos utilizados e consta-me que nas Flores tem havido uma interpretação, nalguns casos, um pouco mais restritiva.

Penso que é uma situação que não é impossível resolver. É possível resolver, mas há arestas para limar e penso que todos nós temos o dever de contribuir para que estas arestas sejam limadas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Apenas para deixar mais uma nota.

Obviamente estamos de acordo. Nestas coisas, como não poderia deixar de ser, temos que estar de acordo. Podemos diferir no ritmo ou na forma, mas na essência estamos de acordo.

Porque tenho que fazer este papel neste momento, gostaria apenas de deixar mais rapidamente dois esclarecimentos.

O primeiro é de que a Sra. Secretária tomou conhecimento da situação das Flores, ou seja, de haver só um médico, e imediatamente disponibilizou outro. Agiu com prontidão, prontidão essa que permitiu colocar, embora por 15 dias, um segundo médico naquela ilha, o que não invalida, antes pelo contrário, que estejam a ser envidados esforços e que, neste momento, comecemos a ver alguma luz, ao fundo do túnel, relativamente à colocação, em permanência, nos quadros do Centro de Saúde das Flores, de uma terceira unidade.

É óbvio que se fosse fácil, e todos nós sabemos a carência de médicos de clínica geral que existe na Região e no país, estava resolvido. Não é, mas de qualquer forma isso dá-nos mais ânimo para resolver essa situação. Portanto, esperemos que, a breve trecho, essa questão esteja ultrapassada, bem como a do médico dentista.

Por aquilo que pude apurar, também está bem encaminhada uma solução mista de partilhar um dentista com a Ilha de São Jorge, ou seja, um profissional que irá cobrir alternadamente estas duas ilhas.

O Sr. Deputado também referiu uma questão que para nós é importante e que julgamos que será necessário que as instâncias competentes tenham em devida conta, ou seja, as instalações da Associação que vão ser colocadas ao serviço desses doentes.

Inclusive, a comunicação social local, fez eco da eventual aquisição de um edifício com barreiras arquitectónicas. Julgamos que é uma questão a ter em conta, porque é necessário que as instalações a disponibilizar a estes doentes, pelos handicaps que eles possuem, seja um edifício que tenha condições que lhes facilite o acesso e a sua utilização. Uma vez mais estamos de acordo.

Julgo que as intenções que nos movem, neste caso, são as mesmas. Congratulo-me, Sr. Deputado, uma vez mais, por ter trazido aqui um assunto importante e pertinente e, certamente, não deixaremos de contar com a força que representa para ajudar a solucionar estes problemas.

Obrigado.

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Ponte.

Deputado João Ponte (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quando começam a surgir na sociedade actual sinais que apontam para uma crise de valores e princípios, onde parece que uma parte dos cidadãos está mais virada, diria mesmo “Acorrentada”, para a envolvente ao fenómeno “Big Brother”, do que participar de forma activa no debate e procura de soluções para algumas das preocupações do novo século — a insegurança, a droga e o

alcoolismo — próprias das sociedades modernas, onde se incluiu obviamente a Região Autónoma dos Açores.

Contudo, certamente ninguém ficou indiferente às consequências decorrentes de dois graves acidentes de viação que ocorreram recentemente na Ilha de São Miguel e que vitimaram fatalmente dois jovens de tenra idade. Não foram os primeiros e infelizmente não serão os últimos, mas a proximidade dos acidentes e os contornos de um deles, inevitavelmente deixaram marcas na consciência de todos nós.

Mais importante do que encontrar os culpados de tais situações, é procurar, de forma responsável e consciente, soluções que permitam no futuro a tomada de medidas que levem à redução do número de vítimas de acidentes nas nossas estradas.

Nós, enquanto Deputados, devemos empenhar-nos de forma séria na procura de tais soluções.

Neste sentido, é fundamental percebermos como têm evoluído os principais indicadores que têm a ver com a problemática dos acidentes de viação.

O número médio anual de acidentes entre 1993 e 1995, foi de 1.845, tendo este crescido cerca de 2,5% durante o período entre 1996 e 2000, a que correspondeu 1.892 acidentes.

No entanto, quando se avalia a evolução dos últimos anos, concluímos que desde 1993 até 1997, o número de acidentes cresceu tendo atingido um pico de 2.372, em 1997. Desde então, a tendência é no sentido da redução do número de acidentes.

Uma dos factores que condiciona o número de acidentes é a evolução do parque automóvel dos Açores. Estima-se que entre 1994 e 1999, o parque automóvel em circulação tenha crescido 16%. Estima-se ainda que em 1999, o número de veículos em circulação foi de cerca de 75 mil.

Efectivamente, apesar do parque automóvel em circulação ter crescido consideravelmente nos últimos anos, o número de acidentes de viação não evoluiu da mesma forma, tendo mesmo diminuído.

No que se refere ao número de vítimas mortais, verificou-se infelizmente um acréscimo do número de mortos, que passaram de valores médios de 25 durante o período compreendido entre 1993 e 1996, para 31 no período entre 1997 e 2000.

Em relação ao número de feridos, verificou-se um acréscimo médio na ordem dos 15% entre os períodos em análise, ou seja, passaram de 804 entre 1993 e 1997, para 922 no período compreendido ente 1997 e 2000.

Quando se analisa a caracterização dos acidentes de viação ocorridos em 2000, cujas conclusões seriam semelhantes para o ano de 1999, verifica-se que:

- cerca de 80% dos acidentes ocorrem dentro das localidades;
- cerca de 70% dos acidentes ocorrem em rectas;
- 75% dos acidentes ocorrem com o piso seco e limpo;
- 70% dos acidentes ocorrem durante o dia;
- 80% dos acidentes dão-se com condições atmosféricas de bom tempo;
- 80% dos condutores são do sexo masculino;
- 60% dos condutores têm até 35 anos de idade;
- 50% dos condutores têm carta há mais de 5 anos;

Ainda como indicador de referência para o que acontece nos Açores, em matéria de acidentes de viação, o número de acidentes por cada 1000 veículos era, no ano 2000, cerca de 19, contra valores de 13 em Portugal Continental e de 5 na Espanha.

Contudo, o índice de gravidade (n.º de mortos por 100 acidentes com vítimas) era, em 1997, nos Açores 1.55, enquanto em Portugal Continental era de 3.92 e em Espanha 6.5.

Convém referir que o ano de 1997 foi o pior em termos de sinistralidade, quer em número de acidentes, quer em número de mortos. **Já nesta altura tínhamos nos Açores o índice de gravidade mais baixo do país e um dos mais baixos da União Europeia.**

A frieza dos números permitia-nos, contudo, retirar inúmeras conclusões, se calhar pouco coerentes. A falta de estudos, como forma de aprofundar a informação disponível, torna mais difícil a decisão em relação a medidas de fundo.

Os números atrás referidos, mostram-nos um facto indesmentível, é preciso continuar a actuar de forma coerente e eficaz, no âmbito da Prevenção Rodoviária.

Sr Presidente , Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A melhoria das condições de segurança nas estradas continua a constituir matéria de extrema importância e prioridade nas ordens de preocupações de diferentes entidades com responsabilidade, aos vários níveis, neste sector.

O impacto deste fenómeno não se restringe apenas ao sistema rodoviário, mas evidencia-se também em termos de saúde pública (com relevância para os jovens), na economia e mesmo junto da opinião pública e dos meios de comunicação social.

No caso dos Açores, estas considerações mantêm toda a sua pertinência, atendendo às elevadas taxas de sinistralidade que continuam a caracterizar o nosso sistema rodoviário.

O combate a este problema passa, como é sabido, pela actuação de forma integrada em várias vertentes: educação, legislação, fiscalização, sinalização e na melhoria das condições das nossas estradas.

É imprescindível a abertura de uma nova frente de combate à sinistralidade rodoviária de que são vítimas as crianças e jovens. Sem dúvida, são eles os mais expostos aos riscos da circulação rodoviária. Torna-se, por isso, indispensável incutir-lhes, desde muito cedo, atitudes e comportamentos adequados para que possam circular em segurança na via pública.

A introdução da Educação Rodoviária nos currículos escolares do ensino básico e secundário visará a interiorização de comportamentos de cooperação e partilha do espaço público de acordo com as normas de segurança rodoviária. Deste modo, considera-se fundamental que esta formação anteceda a memorização das regras de trânsito e a práticas de manobras de condução do veículo.

A Educação Rodoviária é um conceito que terá de estar presente nas nossas preocupações imediatas e deverá ser encarada numa perspectiva de Educação para a Cidadania. Só se consegue dar-lhe forma através da realização de um programa de acções de carácter pedagógico e de sensibilização, dirigidas a crianças e jovens, pais, famílias, educadores e professores, que, em conjunto, irão desempenhar um papel fundamental na criação de uma cultura de segurança rodoviária a médio e longo prazo. Contudo, é preferencialmente na Escola, enquanto espaço estruturado nos diferentes domínios do conhecimento, que a Educação Rodoviária deverá eficazmente corporizar-se.

É por quase todos reconhecido que grande parte dos acidentes está associado à irresponsabilidade e falta de consciencialização dos condutores. Importa combater os infractores que circulam a velocidades proibitivas e que possuem uma postura de condução perigosa. Esse combate só é possível com legislação adequada. Enquanto se mantiver o “estado de coisas” em que se permite que um condutor que pratique uma transgressão muito grave, continue a conduzir através do pagamento de caução, será difícil combater os infractores.

É de reflectir a atitude tolerante com que individualmente se aborda a prática das velocidades excessivas, quase sempre escudada por suposta negligência (que por vezes também existem) das entidades que têm a seu cargo a colocação dos limites de velocidade, remetendo para elas, o ónus que é da responsabilidade de cada um.

Mas a prática de velocidades excessivas ou a condução de risco, tem raízes profundas e encontra muitas vezes explicações satisfatórias no seio da psicologia, mas muitas mais vezes é explicada, infelizmente, pela condução sob efeitos do álcool.

O consumo de bebidas alcoólicas, aliado à condução de veículos a motor, potencia a ocorrência de numerosos e graves acidentes rodoviários. Urge, pois, reforçar a sensibilização dos condutores açorianos para a necessidade de dissociar a ingestão de bebidas alcoólicas da prática da condução.

A sociedade tem, através dos seus políticos, obrigação de declarar claramente e com coragem, que é necessário cumprir e respeitar, e quem não estiver em condições de o fazer, deverá ser punido exemplarmente.

Sr Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A segurança rodoviária não depende apenas dos condutores, outros factores há que a influenciam em muito, como é o caso das condições das estradas, da sinalização e, da sempre tão contestada, actuação policial.

E em relação a esta última, o que se lhe exige é que fiscalizem permanentemente as nossas estradas de forma responsável e consciente, combatendo os potenciais infractores da velocidade excessiva e da condução perigosa, ao invés da actuação visível, por vezes excessiva, na fiscalização de parquímetros e estacionamento, e, na realização de operações STOP, de eficácia duvidosa, sempre na busca da multa fácil.

No tocante às condições das nossas estradas, foi reconhecido o esforço do VII Governo Regional, do Partido Socialista, na execução de um plano de recuperação e construção de estradas, sem paralelo nos Açores, intervindo em cerca de 250 kms. Conforme já foi anunciado, o VIII Governo Regional, do Partido Socialista, irá dar continuidade à melhoria das condições das nossas estradas, com a intervenção em 400 kms, criando condições objectivas para a redução dos índices de sinistralidade.

Também no domínio da sinalização foram feitas melhorias significativas pelo Governo Regional, quer através da colocação de novos sinais de trânsito, quer na remodelação de outros e ainda na repintura da sinalização horizontal.

Apesar de mais de 70% dos acidentes ocorrerem durante o dia, a melhoria da iluminação das nossas vias, principalmente nos entroncamento e cruzamentos, deverá continuar a ser uma preocupação do Governo, conferindo níveis de maior segurança a quem circula nas nossas estradas.

Como é obvio, também cabe às Autarquias um papel importante na contribuição para a redução da sinistralidade, através da melhoria da sinalização e das condições das estradas à sua responsabilidade, tanto mais, que cerca de 80% dos acidentes ocorrem dentro das localidades.

Ao Governo Regional, para além da melhoria da sinalização e das condições de circulação das nossas estradas, cabe-lhe um papel fundamental em colaboração estreita com a Prevenção Rodoviária, atribuindo-lhe um papel mais interventivo e visível na formação dos condutores, de modo a aumentar o grau de consciencialização de auto-prevenção e segurança nas estradas.

É isso que os Açorianos esperem.

A Educação Rodoviária e a criação de uma sociedade culturalmente atenta e interveniente em questões de segurança rodoviária, só poderá corporizar-se através da participação de todos os elementos da sociedade. É imperioso que todos os cidadãos tomem consciência do direito que têm à Segurança Rodoviária, mas não se podem esquecer dos deveres que lhes competem.

Os políticos não podem, nem devem, esquecer-se de que **para mudar, não basta desejar a mudança.**

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar nota de que a intervenção do Sr. Deputado é razoável. Aborda uma temática preocupante da actualidade e de todos os tempos, pelo menos desde que existem automóveis.

Ela é tão premente agora, porque a sucessão de acidentes, que mediaticamente assinalámos, é deveras preocupante. Desde logo, pela forma trágica para as famílias dos vitimados e preocupante para os políticos que têm assim o dever de estar atentos para encontrar soluções que, sem ilusões, não acabam com os sinistros, mas proporcionam condições de modo a que a diminuição dos sinistros rodoviários, possa ser uma realidade na nossa Região.

Na anterior legislatura, aprovámos uma proposta nesta Casa, no sentido de aumentar os limites de velocidade nas nossas estradas, reconhecendo, por iniciativa do Governo, que hoje as nossas estradas estão melhores.

Se calhar importa também, nessa medida, reavaliar se é só por aí que se resolve o problema da sinistralidade.

A questão que queria colocar e o meu pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado, é bem mais pragmático.

Gostaria de saber se o Sr. Deputado — julgo que todos nós gostaríamos de saber e lamento não estar aqui, como aliás devia estar, o membro do Governo com competência nessa matéria — conhece o Plano de Prevenção Rodoviário existente nos Açores?

Por outro lado, gostaria também de saber que desenvolvimentos tem tido a colaboração e o trabalho da Comissão Regional de Prevenção Rodoviária?

Eram estes esclarecimentos que eu solicitava.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Ponte para prestar esclarecimentos.

Deputado João Ponte (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação às questões colocadas pelo Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, eu gostaria de referir que é preciso que fique claro que a tutela da prevenção rodoviária não é do Governo Regional. Existe uma delegação de prevenção da rodoviária a nível Açores.

Compete ao Governo colaborar com a prevenção rodoviária no sentido de se reduzir os índices de sinistralidade na Região Autónoma dos Açores.

Quanto ao Plano de Prevenção Rodoviária Regional, eu não posso responder, afirmativa ou negativamente, a essa questão.

Essa questão fez parte de um requerimento apresentado pelos senhores ao Secretário Regional da Habitação e Equipamentos e ele, com certeza, irá responder com toda a clareza a essa questão.

Gostaria de aproveitar esta ocasião para dizer que o Governo Regional tem colaborado activamente no âmbito da prevenção rodoviária, quer ao nível de campanhas de sensibilização, feitas nos órgãos de comunicação social, quer ao nível da participação na aquisição de kits que são distribuídos pelas escolas.

Posso adiantar que está previsto um reforço dessas campanhas de sensibilização ao nível de distribuição de material didáctico nas escolas e de “outdoors” nas estradas regionais.

Nesta matéria, o Governo não está parado, está a trabalhar.

Era apenas isto que eu queria dizer.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, eu gostaria de informar a Câmara que de acordo com o nosso Regimento, às 19 horas entramos na Ordem do Dia.

Como tenho ainda mais um Sr. Deputado inscrito, queria advertir que a Sra. Deputada Berta Cabral pode ficar prejudicada na sua intervenção, se houver muitos pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para um ligeiro esclarecimento.

Em primeiro lugar, foi meritória a intervenção do Sr. Deputado, eventualmente sugerida até pelo Sr. Secretário na sequência do meu requerimento.

Eu imaginava que pudesse trazer já alguns dados, mas fica a nota — e penso que bem — de que estamos todos preocupados com a sinistralidade rodoviária nos Açores.

O que é preciso agora não é tutelar, é colaborar. Desde logo, como disse e bem na sua intervenção, com a Comissão de Prevenção Rodoviária, com uma pedagogia educativa para a prevenção rodoviária quer de condutores, quer de peões ou ainda da generalidade das pessoas, também com uma intervenção pedagógica e de sinalização pelas próprias autarquias, mas é preciso passar das palavras aos actos.

Confesso que quando ouvi a sua intervenção tão a propósito e tão tempestiva na sequência do requerimento que eu próprio subscrevi, contava desde logo com uma resposta e um esclarecimento bem mais concreto relativamente ao Plano de Prevenção Rodoviária.

Devo dizer que fiquei surpreendido quando, a propósito de um debate radiofónico, ouvi um membro da Comissão dizer que não existia Plano de Prevenção Rodoviária, nem tinha que existir na Região.

Entretanto, lia na empresa declarações do Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos onde afirmava que existia um Plano de Prevenção Rodoviária.

Este é um elemento importante, substantivo, aliás, para que a gente tenha um caminho a percorrer de encontro àquela temática que foi a sua intervenção.

Esta é a minha preocupação e fica registado o mérito que reconheço da sua intervenção.

Passemos das palavras aos actos, Sr. Deputado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Perante a glorificação que aqui foi feita relativamente à política de transportes do anterior Governo Regional, e pelos vistos do actual, gostaria que ficassem aqui alguns esclarecimentos de construção de vias, de estradas. Vou dar apenas três exemplos:

Relativamente ao Plano para 2000, em 1 milhão, 545 mil contos do Orçamento da Região, estão previstos para a Ilha de São Miguel, 1 milhão, 375 mil, o que significa, 95%. Para uma ilha estão previstos, para 9 troços de estrada, 95%, portanto, para as outras ilhas sobra muito menos. Isto está escrito, são dados. Alguns não estão escritos, mas estes estão.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ninguém está a dizer que não são esses dados!

O Orador: Ainda no que respeita à construção de estradas, no que se refere à estrada Lajes/Santa Bárbara, uma das bandeiras do Partido Socialista, antes das últimas eleições, em comunicado oficial do Governo Regional dos Açores, de Outubro de 97 — mais uma vez está escrito — afirmava-se que a obra estaria concluída em Agosto de 98. Infelizmente estamos em 2001 e a estrada não está concluída. Isto foi assumido pelo Governo em comunicado oficial de Outubro de 97.

Em Agosto de 97, foi deliberada a execução do 5º troço da via rápida. Infelizmente ainda não está concluído.

Estes são aspectos que julgo que devem ser realçados na perspectiva de que essa clarificação da construção de estradas do Governo Regional, pode ter incidência apenas numa das ilhas, mas não tem dimensão regional. Penso que é importante que isto fique claro.

Por outro lado, e ainda no que respeita à segurança do trânsito e das vias, há um aspecto que não tem directamente nada a ver com aquilo que o Sr. Deputado referiu, mas que penso que é importante que ele aqui fique claro e tem a ver com as medidas legislativas de apoio e de benefícios fiscais ao abate de veículos automóveis, que teve aplicação, a nível da República, desde o início deste ano, mas ainda não foi aplicado na Região.

Há um requerimento dos Deputados do PSD, da Ilha Terceira, no sentido de clarificar a situação, mas até agora não obtivemos resposta.

Esta é mais uma situação que julgo que poderia beneficiar, de algum modo, o parque automóvel e, nessa medida, o trânsito das ilhas dos Açores.

Era só isto.

Deputado Mark Marques (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Ponte para prestar esclarecimentos.

Deputado João Ponte (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito rápida.

Em relação às questões referidas pelo Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, como é óbvio, no PS, os membros do Governo não decidem quais as intervenções que os Deputados devem fazer no período de antes da ordem do dia. Não sei se isso acontecia nos anteriores Governos do PSD, mas como eu não estava cá, não posso responder por isso.

Em relação à intervenção do Sr. Deputado Clélio Meneses, o senhor deve estar equivocado ou não deve ter estado atento à intervenção que eu fiz, porque eu não me referi às políticas do PSD em relação à construção de estradas.

A única coisa que eu referi foi: “No tocante às condições das nossas estradas, foi reconhecido o esforço do VII Governo Regional, do Partido Socialista, na execução de um plano de recuperação e construção de estradas, sem paralelo nos Açores, intervindo em cerca de 250 kms.”

Números são números. Interveio em 250 e na próxima legislatura vai intervir em 400.

Em relação a números não há dúvidas. Quantos quilómetros é que os senhores intervieram no passado, sabe-me dizer?

Deputado Clélio Meneses (PSD): São números!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de colocar uma questão muito simples ao Sr. Deputado João Ponte, para melhor esclarecimento, senão de toda a Câmara, pelo menos de mim próprio.

Por que razão a prevenção rodoviária não está na tutela do Governo Regional e o que foi ou não feito para se ultrapassar essa situação?

Na conclusão que me parece mais ou menos evidente e a que nós aqui chegámos, podíamos ter feito mais alguma coisa se ela estivesse na tutela do Governo.

Nos termos da alínea h) do artigo 8º, do nosso Estatuto Político-Administrativo, essa é uma matéria de interesse específico regional.

Portanto, lanço a questão por que razão não está a prevenção rodoviária sob tutela do Governo Regional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tomei a palavra porque a intervenção do Sr. Deputado João Ponte, trouxe aqui uma questão que todos nós julgamos ser importante, que eu comungo e que é, sem dúvida nenhuma, a questão da segurança rodoviária.

No entanto, pareceu-me que o Sr. Deputado é conhecedor de algumas das condições técnicas que devem ter as estradas da nossa região. Tocou mesmo no esforço que fez o VII Governo Regional, no sentido de melhorar as condições técnicas das nossas estradas.

Sendo assim, gostaria de lhe colocar uma pergunta.

Com certeza que sabe que na Graciosa fizeram-se algumas correcções — eu diria que se fez uma — e executaram-se entre dois a três quilómetros de pavimentações novas, durante a actuação do VII Governo Regional dos Açores.

No entanto, houve uma curva que foi corrigida — foi a única correcção de curva executada, apesar de terem sido prometidas muitas mais — e as condições técnicas com que foi feita, através da actuação do pessoal que lá operou e trabalhou, são deveras uma obra de arte.

Eu gostaria de perguntar ao Sr. Deputado se acha que as condições com que foi executada aquela curva são as condições que veio aqui apregoar.

Era apenas esta pergunta.

(Risos dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Ponte para prestar esclarecimentos.

Deputado João Ponte (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu tinha muito gosto em responder à sua questão, só que não conheço a curva.

(Risos dos deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

(Aplausos dos deputados da bancada do PS)

Deputado João Cunha (PSD): Nem vale a pena conhecer!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila.

Deputado José Nascimento Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu conheço as curvas.

(Risos dos Deputados e dos Membros do Governo)

Gostaria de dizer ao Sr. Deputado João Cunha que essa é a sua opinião, mas as correcções que lá foram feitas, na minha opinião e na opinião da maioria dos graciosenses, foi em curvas que se impunha fazer o mais rapidamente possível e foram feitas por este Governo do Partido Socialista.

Na minha opinião foram bem executadas, mas a tendência é para falar mal de tudo e de todos. Enfim, terá que continuar com esse discurso.

Quanto ao número de quilómetros de asfaltagens, nós podemos fazer as contas, através da “regra de três simples”.

Acontece que durante os Governos do PSD, na Graciosa, obviamente que se fez asfaltagem, mas fizeram um determinado número de quilómetros de asfaltagem.

Durante o Governo do Partido Socialista também se fez quilómetros de estradas.

Se fizermos uma “regra de três simples”, que é simples de fazer, chega-se à conclusão que em termos proporcionais, deve andar elas por elas, só que nos próximos quatro anos vamos ultrapassar e em muito, as asfaltagens que foram feitas pelos Governos do PSD.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado João Cunha (PSD): Não vale a pena alimentar essa questão, mas está errada!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado. Não sei se conhece a curva, mas tem a palavra.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito obrigado por me conceder a palavra.

De facto, as curvas podem ser de natureza vária, mas por enquanto vamos deter-nos apenas nestas. É porque há as curvas e as contracurvas também.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria apenas fazer uma consideração muito breve e pedir mais um esclarecimento.

A consideração é de que o silêncio do Sr. Deputado João Ponte relativamente à tutela da prevenção rodoviária, é elucidativo.

A questão que queria colocar e espero obter resposta — dado o manancial de informação que o Sr. Deputado João Ponte apresentou-nos aqui, eu não pediria se não tivesse na parte final da sua intervenção, que foi aquela que eu não apreciei, confesso desde já, porque se revestiu de grande interpretação política que me parece, com toda a franqueza, despropositada, porque esta matéria da prevenção rodoviária é demasiado séria, e reveste o esforço que todas entidades pública, privadas, toda a sociedade, devem fazer no sentido de reduzir a sinistralidade que deixa de luto muitas das nossas famílias — dado a sua alusão ao grande esforço feito pelo Governo Regional na anterior legislatura em matéria de construções de estrada e naquilo que o senhor já adiantou relativamente a esta legislatura, é se nesse plano de acções a desenvolver em termos rodoviários, o Governo Regional vai ou não realizar as 16 pontes que prometeu para o Nordeste?

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não sei, mas se quiser ir dar uma volta ao Pico...!

Presidente: Srs. Deputados, eu receio que tenhamos que continuar com este debate amanhã, no período de antes da ordem do dia, porque são 19 horas e temos que entrar no período da ordem do dia.

Portanto amanhã continuaremos com as curvas.

Como se recordam, ontem foi feita a apresentação no Período da Ordem do Dia, da **Proposta de Decreto Legislativo Regional — “Criação do Fundo Regional da Ciência e Tecnologia”**.

Está aberto o debate na generalidade deste diploma.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A cada vez mais emergente sociedade da informação lança desafios complexos e estimulantes à inovação e à modernidade.

A posse e domínio de tecnologias da informação e da comunicação são variáveis estratégicas no crescente processo de globalização, cujo resultado não tem, necessariamente, de se traduzir na submissão dos mais pequenos e periféricos. Antes os recoloca na centralidade de um novo e vasto mercado de oportunidades.

É por isso que a concepção de programas de incentivos à investigação e desenvolvimento (I&D), associadas ao multimédia e outros recursos tecnológicos de ponta, tem de ter por base políticas transversais e projectivas, acompanhadas dos adequados meios financeiros. Nisto estamos todos de acordo. E para esse fim o PSD subscreve toda a afectação de verbas que possa contribuir para ganhar esse grande desafio do séc. XXI.

Mas isso não pode significar, muito até pelo contrário, a concordância com a criação deste fundo regional para a ciência e tecnologia, essencialmente por três ordens de razão:

A primeira, de natureza formal, é esta: não demonstra que é capaz de preencher o requisito legal das suas receitas próprias “atingirem um mínimo de dois terços das despesas totais, com exclusão das despesas co-financiadas pelo orçamento” da União Europeia, conforme estipula o regime excepcional de serviços e organismos dotados de autonomia administrativa e financeira, incluso na Lei nº 8/90, de 20 de Fevereiro.

Em segundo lugar, não obedece a uma visão estratégica do que deve ser a intervenção das entidades públicas num domínio que é, e deve ser cada vez mais, de afirmação da sociedade civil, dos centros de investigação e produção de saberes. O Fundo Regional de Ciência e Tecnologia, tal qual aqui é proposto, sobrepõe-se a tudo e a todos, com uma largura de banda de intervenção que vai da etnografia à antropologia biológica, ou das ciências do mar e da genética à literatura e até sobrepondo-se a outros organismos, de que podem ser exemplo o Fundo Regional de Acção

Cultural, a Fundação para a Ciência e Tecnologia ou a Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN);

E finalmente, porque tipifica uma autêntica fundação — bem ao jeito de outras recentes e de desfecho conhecido — que ao nível da gestão financeira foge ao controlo das instituições democráticas e dos tribunais competentes nos termos a que habitualmente se submete, e bem, a contabilidade pública, e vai ao arrepio de “uma reforma geral da Administração Pública Regional que imponha regras de legalidade e transparência ao seu funcionamento”;

Perante um organismo que se aproxima em muito de uma fundação, não podemos esquecer os avultados recursos financeiros que estarão ao seu dispor, associados a instrumentos discricionários de gestão, como é o PRAIT (Programa de Apoio à Inovação Tecnológica) criado por Resolução (nº 46/2000, de 30 de Março) do Conselho do Governo quando, salvo melhor opinião, devia ter sido objecto de uma Proposta de Decreto Legislativo Regional. E se designo de discriminatório este programa, o PRAIT, é por o mesmo, destinando-se à inovação tecnológica, apoiar financeiramente até 85%, a construção e melhoramento de instalações e somente em 50% a aquisição de equipamentos.

Essa discrepância percentual carece de fundamento e é até suspeita se se considerarem os montantes financeiros máximos de apoio: meio milhão de contos para a construção e ou melhoramento de instalações e, pasme-se, 25 mil contos para aquisição de equipamentos, ou seja, 20 vezes menos num programa que se destina à inovação tecnológica.

Por todas estas razões o PSD está com a ciência e a tecnologia e o que elas podem representar de modernidade e desenvolvimento para os Açores. Mas não está, em consciência não pode estar, com um organismo que não cumpre requisitos legais, não obedece a uma visão estratégica e tipifica uma fundação, com o que estas têm de fuga ao controlo da sua acção.

Disse.

Deputado Mark Marques (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:

Eu estou decepcionado com a sua intervenção.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Eu estou satisfeito!

O Orador: Ainda bem que fica satisfeito com isso. O problema é seu.

Estou decepcionado, sobretudo porque uma pessoa que tem o percurso que o senhor tem e que, neste momento, está a desenvolver uma investigação na Universidade dos Açores, é uma pessoa que tem a obrigação de ter a sensibilidade em relação a essas questões da ciência e da tecnologia.

O Sr. Deputado sabe — julgo que é a melhor maneira de explicarmos a verdadeira razão para a criação deste fundo, conforme ontem foi muito bem explicado pelo Sr. Secretário Regional Adjunto — que o verdadeiro objectivo prende-se com a captação de mais receitas, de maior âmbito de investigação para a Região. O senhor sabe perfeitamente que estamos a procurar trazer essa operacionalidade e essa agilização ao Governo.

Afirma que não existe visão estratégica e por isso este fundo é perfeitamente descabido. Isso é falso. É precisamente numa lógica de afirmação da sociedade civil que se cria esse fundo.

Sabe perfeitamente que o que está em causa é a realização de diversas parcerias, precisamente para afirmação da sociedade civil.

Depois refere que este fundo não está de acordo com o enquadramento legal e que tudo isto é ilegal e tem a ver com fundações. O Sr. Deputado está completamente equivocado.

Em relação àquilo que hoje não é possível fazer nos Açores, designadamente dar cumprimento ao protocolo que existe com a FCT (Fundação da Ciência e Tecnologia), isso é precisamente uma prova de que nós necessitamos da criação deste fundo, para podermos tirar partido de todos estes investimentos que, infelizmente, nos nossos dias, não são possíveis de serem praticados nos Açores.

Se o Sr. Deputado tem tantas dúvidas, se lança tantas suspeitas, veja aquilo que tem sido a actuação do Governo no domínio da ciência e da tecnologia. Eu posso referir diversos programas, como por exemplo, a Feira de Ciência e Tecnologia...

Deputado Luís Medeiros (PSD): Este ano já não há!

O Orador: ... que excepcionalmente este ano não será realizada — já sei que o senhor vai referir isso —, a Internet nas escolas, Açores Região Digital, a Rede de Sociedade de Informação nos Açores, etc., etc., etc..

Sr. Deputados, quando afirma que nós estamos com isto, a querer apoiar a criação de um tentáculo, de uma coisa qualquer, isso é falso.

Também gostava de referir que esta instituição, este fundo e toda a actuação da própria Direcção Regional de Ciência e Tecnologia, que precisa muito deste fundo para poder ter outro alcance na sua actuação, são enquadrados pela Lei de Bases da Contabilidade Pública, estão sujeitas à fiscalização desta própria Assembleia e, como óbvio, do próprio Tribunal de Contas.

Eu penso que o Sr. Deputado deveria moderar um pouco mais as suas acusações. Penso que fez aqui acusações explícitas muito graves que não lhe ficam bem, para além de outros aspectos, outras críticas e outras suspeições veladas que eu como deputado do PS — como ontem tive oportunidade de referir na minha intervenção, sou 100% a favor da criação deste fundo — não podia deixar de contrariar e não podia deixar de transmitir aqui ao plenário.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:

Em primeiro lugar, e com toda a sinceridade, eu gostava de dizer que a sua intervenção não me desiludiu. Ela está perfeitamente dentro daquilo que eu esperava de si.

Também gostaria de dizer que sei que é mais fácil e mais barato fazer alguma política com os jornais que se lê, tentando copiar o que se passa em Lisboa. É um bocadinho provinciano, mas tem alguma facilidade.

Por isso mesmo, gostava de lhe esclarecer que a fundação, como deve saber, é uma coisa de direito privado. O fundo, como sabe, ou como eu gostaria que soubesse e acredito que saiba, é ainda uma forma ao nível da Administração Financeira do Estado, ou de outros entos de regulamentar a sua vida administrativa e financeira.

Já a respeito de fundações e para V. Exa. ficar perfeitamente descansado, que eu saiba, nos Açores, existem 5 fundações: duas ligadas à igreja, 2 ligadas a pessoas privadas e só conheço 1, contra a qual nada tenho, antes pelo contrário, ligada a alguma instituição pública, ou seja, a Fundação Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores.

Penso que nada há contra as fundações, desde que as coisas sejam claras, como também nada há contra dos fundos. Aliás, tudo isto são instrumentos, resta saber aplicá-los devidamente.

Felizmente, como já aqui foi dito e tive a oportunidade de referir isso ontem e o Sr. Deputado José San-Bento referiu hoje, há conselhos administrativos, há conselhos de fiscalização, há orçamentos, há intervenção, há visto do Tribunal de Contas relativamente a tudo isto.

Aliás, por que é que se devia levantar suspeitas agora? Porventura não foram criados na altura de outros Governo, outros fundos? Posso dar-lhe alguns exemplos: Fundo Regional de Gestão Financeira do Emprego, Fundo Regional da Acção Cultural, Fundo Regional da Acção Social Escolar, Fundo Regional de Fomento do Desporto, Fundo Regional de Abastecimentos, Fundo Regional dos Transportes...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Que se mantém!

O Orador: ... isto para não entrarmos em institutos públicos, que também existem, mas que são outra coisa, na medida que têm apenas a tutela das respectivas direcções regionais e não têm nenhuma direcção por inerência, mas é melhor não entrarmos nestes institutos públicos, porque o problema não são eles.

O problema do IIPA não foi ser um instituto público, foi outro.

Portanto, nada de falsas suspeições, nada de comedismos fáceis e de comparações que não fazem sentido, porque nada tem a ver fundo com fundação

Quais são as principais vantagens de um fundo, neste caso?

Volto a repetir: é a agilidade, uma maior agilidade e a necessidade de haver a previsão de uma determinada despesa para ocorrer a ela, à excepção ao princípio da consignação orçamental.

É esta a principal vantagem face aos dinheiros que há, quer em fundos comunitários, quer em fundos nacionais — quando digo nacionais não me estou a referir à quota da Região nesses fundos, que tive oportunidade de referir ontem e que, no conjunto, estão previstos e serão da ordem dos 7,5 milhões de contos — é a mesma possibilidade de concorrer a programas da Fundação de Ciência e Tecnologia que depende do Ministérios da Ciência e Tecnologia.

Por isso, pensamos que na medida em que está previsto nos regulamentos comunitários que as candidaturas aos próprios fundos comunitários, 15% serão para gestão e fiscalização, portanto serão da própria Direcção Regional de Ciência e Tecnologia, no caso deste fundo, será uma receita própria importante, porque haverá — o fundo é sobretudo um instrumento administrativo e financeiro — também verbas previstas na Direcção Regional de Ciência e Tecnologia, onde acabarão por ser suportadas, grande parte, das despesas. Pensamos que há interesse em criar este fundo, por isso propomos e pensamos que se trata de um instrumento que, por si só, não merece a menor suspeição, porque é legal e está previsto.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS/PP, com certeza, está com a Ciência e Tecnologia, não só com a que há, porque essa é pouca infelizmente, mas sobretudo com aquela que deveria haver.

Mas é uma questão diferente pensar naquilo que é o apoio necessário à ciência e tecnologia, aquilo que é a criação de fundo para isso.

Com todo o respeito pelos princípios em que assenta essa vontade do Governo, pela nossa parte, entendemos que FRCT, só o nome, já é estranho. Já isto fica pouco na memória, que fará depois a fiscalização.

Nisso, o IRICTA até ficava melhor, pelo menos de som.

Os fundos autónomos nem sempre têm bom fim. São fundos, são contrafundos, queiram ou não queiram são fundações e quantas vezes a fundamentos.

Pela nossa parte, sabemos que um dia, pretende-se que isto tenha um fim. Fundo por fundo, vão os senhores ao fundo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que na sequência da breve intervenção que fiz, foram produzidos alguns comentários que precisam, eles próprio, de serem comentados.

Desde logo, o de que a criação deste fundo visa, de facto, dar mais espaço à sociedade privada. Isso não é verdade. Se a intenção fosse realmente permitir que ela pudesse exercer mais e melhor o papel que lhe cabe numa sociedade de mercado, como é aquela que nós estamos a construir, naturalmente que não seria necessário este instrumento, não seria necessário um instrumento com estas características, seria necessário sim, encontrar um organismo que, a exemplo de alguns que existem a nível nacional, fizesse uma eficiente divulgação das oportunidades de investimento e de apoios comunitários que existem nesta área.

É aqui que reside exactamente uma parte da nossa discordância. De facto, este fundo pretende substituir-se e de algum modo inibir iniciativas privadas sem parceria do mesmo fundo.

Isto remete-nos logo à tal descriconaridade que os senhores não foram até agora capazes de desmentir.

Sr. Secretário Francisco Coelho:

Realmente o problema do IIPA não foi ter sido um instituto. Do mesmo modo, podia responder que o problema da fundação do ex-Ministro Vara, também não foi ser uma fundação.

Parece-me que a insinuação vale outro tanto como a sua.

Nem o problema é ser um fundo, porque como o senhor mencionou, foram criados esses estudos. Se estive atento não mencionou um, o Fundo Regional da Acção Cultural que é outro que continua em vigor...

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Mencionei!

O Orador: Mencionou? Então o lapso foi meu.

Provavelmente são das boas heranças que nós deixámos, porque nestes 4 anos não procederam à sua extinção, nem sequer dão sinais de ser essa a intenção, porque eles correspondem, de facto, a bons instrumentos.

Sabe por que é que são bons instrumentos?

Porque o âmbito de intervenção desses fundos, resulta da existência de legislação suficientemente objectiva e consensualizada para a intervenção dos mesmos, o que não acontece com este fundo.

Se por acaso viesse exercer uma acção em domínios em que a legislação regional tivesse obedecido a decretos legislativos debatidos, não só aqui, mas também com os parceiros intervenientes, provavelmente uma grande parte da minha intervenção não a teria feito e seria eu também o primeiro, ou em nome desta bancada, a congratular-me e a apoiar a criação de um instrumento que pudesse criar mecanismos para nós termos, no futuro, capacidade de desenvolver estes desafios de modernidade que nos lança a sociedade da informação.

Isto não acontece, porque o exemplo do PRAIT, que financia até meio milhão de contos, instalações e 25.000 contos (vinte vezes menos) equipamentos, Sr. Secretário, não é só a questão formal de ter sido criado por resolução, em vez de Decreto Legislativo, mas os próprios montantes, como responsável político, devem preocupar-me.

Há aqui qualquer coisa que ou os senhores explicam, ou então vai ficar sempre no ar qualquer suspeita, porque não faz sentido apoiarem em meio milhão de contos, um projecto, naquilo que é a componente da construção civil, para um projecto que é de investigação tecnológica, que esse então “coitadinho”, só pode ir até 25.000 contos.

Queria ainda dizer que os Srs. também nada disseram sobre o requisito legal que estipula a Lei 8/90, que é o facto dos fundos para serem criados necessitarem de reunir no mínimo dois terços como receitas, terem dois terços das despesas totais, com exclusão das despesas co-financiadas pelo Orçamento da União Europeia.

Portanto, trata-se aqui de um instrumento que vai buscar muito dinheiro à União Europeia — e bem, pois se ele existe aí está uma boa oportunidade, e é preciso ir buscá-lo — mas isso não entra nos tais dois terços

Agora termino, com uma questão:

Quais serão as receitas próprias, excluindo estas, que correspondem ao orçamento deste fundo?

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu começaria a minha intervenção, em relação a esta matéria, por fazer uma observação.

Os fundos propostos pelo PS, são maus para o Sr. Deputado Joaquim Machado, neste momento. A ideia que eu tenho é que o que está aqui em causa é o proponente.

Da mesma maneira no passado, algumas questões destas, propostas pelo PSD, também eram más para o PS. Aliás vou exemplificar, vou servir-me de documentos.

Em 1990, em relação a um projecto nosso, o então Sr. Deputado Carlos César, dizia: “Nós entendemos que a iniciativa não é positiva, visto que representa a solução que o PCP dá para todos os casos, ou seja, a criação de institutos, concelhos, de fundos, de empresas e que com isso pretende resolver todos os problemas que existem à face da terra”.

Portanto, eu penso que está perfeitamente comprovado o início da minha intervenção.

No entanto, o nosso conceito é diferente, tal como o nosso parecer. Nós consideramos que existem, à disposição da Região, instrumentos que são necessários, que a Administração os utilize. Esses instrumentos têm que ser aprovados nesta Assembleia.

Já o pensávamos há uma dúzia de anos, continuamos a pensá-lo agora, embora consideremos que era injusta a afirmação então proferida pelo actual Sr. Presidente do Governo Regional, na medida em que nós consideramos que os problemas da sociedade podem e devem ser resolvidos de muitas maneiras, mas administrativamente uma das maneiras também poderá ser socorreremo-nos dos meios que a administração tem para poder efectivamente levar a cabo os seus projectos.

Em relação à actual proposta, temos que considerar que hoje, quer queiramos, quer não, vivemos uma era das chamadas “novas tecnologias” e em que efectivamente são necessários os meios que

permitam esse desenvolvimento, essa entrada numa sociedade diferente, numa sociedade que estamos apenas a iniciar e que desconhecemos até onde ela poderá ir.

Julgamos que talvez fosse possível, através da Direcção Regional da Ciência e Tecnologia, fazer muito neste sentido, desta nova era, destas novas tecnologias.

No entanto, também aceitamos que poderá ser necessário — aliás, esta discussão foi tida na Comissão — e poderá ser mais expedito, poderá ser mais rápido, que através deste fundo, a Região possa ir mais rapidamente, possa ir mais longe e possa ser mais eficiente.

A nossa votação em relação a esta matéria é exactamente neste pressuposto, é no pressuposto de que estamos aqui a ser chamados a votar, sobre um instrumento de que a Região necessita para fazer melhor do que faria, se não tivesse este instrumento.

Por isso mesmo, o nosso voto irá ser um voto favorável. Mas um voto favorável também considerando aquilo que foi visto nos trabalhos da Comissão e que estão lançados em relatório.

Vamos aprovar no pressuposto de que não vão haver grandes aumentos em relação às despesas de funcionamento. Isto ficou claro nos trabalhos da Comissão, embora não tenha sido referido aqui.

Vamos aprovar nesse pressuposto e ainda no pressuposto de que este fundo irá contribuir para que possam existir um conjunto de protocolos com diversas entidades, que de outra maneira não seriam realizados tão expeditamente.

Vamos também aprovar no pressuposto de que este fundo irá permitir que seja possível o concurso a determinados projectos que de outra maneira seriam mais difíceis.

Portanto, nestes pressupostos, o nosso voto será favorável.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao longo desta discussão tenho ouvido referir, nomeadamente, que a criação deste fundo não obedece a qualquer objectivo estratégico, pelo menos visível e palpável.

Deixem-me dizer que abstraindo-me doutras considerações de índole mais ou menos subjectiva sobre a natureza do mesmo que me abstenho documentar, há aqui alguns aspectos que gostaria de deixar realçados.

Eu fiz parte durante três anos do grupo de trabalho para o Desenvolvimento da Sociedade de Informação nos Açores, grupo esse criado no âmbito da Presidência do Governo Regional, ligado à assessoria na altura da Ciência e Tecnologia, com o objectivo — como o próprio nome o indicava — do desenvolvimento da sociedade de informação nos Açores, mas por contingências que se prenderam nomeadamente com o famoso “caso do bug do ano 2000”, ou com a revolução do problema informático do bug do ano 2000, as suas actividades versaram, digamos que em grande parte, essa vertente, não obstante ter promovido actividades e iniciativas como a “Feira da Ciência e Tecnologia”, o lançamento do projecto “Açores, Região Digital” e outros.

No entanto, relativamente a este aspecto de resolução do problema informático, e já que estamos a falar em objectivos estratégicos — e não vale a pena estar sempre a dizer o que aconteceu, ou que não aconteceu — é bom que haja um panorama, uma ideia, como estavam determinadas situações.

Determinadas situações deste género: determinados departamentos da administração Pública Regional funcionavam, em termos de informação, de costas voltadas, ou seja, equipamentos incompatíveis, que muitas vezes não só variavam de secretaria para secretaria, como muitas vezes dentro do próprio departamento variavam de gabinete para gabinete. Com programas incompatíveis, com sistemas incompatíveis, ou seja, muitas vezes transcrever uma disquete de um computador para outro era um acto heróico que implicava quase subir ou descer não sei quantos lances de escadas, isto para não falarmos numa questão muito interessante que era Software não legalizado, que abundava profusamente na Administração Regional.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Estava bloqueado!

O Orador: Foi feito todo um trabalho de modernização e de desenvolvimento de Software e de hardware, tornando-o compatível entre todos os departamentos do Governo.

Mais do que isso, lançou-se as bases e criaram-se as bases para um conjunto de projectos, que aliás, estão referenciados no Programa do Governo que já foi aqui discutido e aprovado, quando se fala nomeadamente na criação dum Pólo de Ciência e Tecnologia, com uma vertente empresarial, com pólos em todas as Ilhas. Talvez aí se consiga compreender como é que se vai gastar o tal meio

milhão de contos em equipamentos. Ou se constrói algo que já está projectado, ou pura e simplesmente — como alguém dizia aqui há pouco — ir-se-á fazer investigação na rua.

Além do mais, V. Ex^a, Sr. Deputado Joaquim Machado, fala que isto fecha as portas às empresas privadas. Quero que saiba que um dos projectos que decorre e que suponho que, quer a Direcção Regional da Ciência e Tecnologia, quer este fundo a criar, irá desenvolver — porque necessita de apoios comunitários para isso, é algo que já está a ser sonhado há muito tempo — é a ligação de vozes e dados, em termos de rede, de toda a administração, em todo o lado.

Sabe quem são os parceiros, alguns deles manifestaram interesse em trabalhar nisto, desde a primeira hora? Uma pequena empresa, que não sei se tem ideia, chamada Microsoft e uma outra pequena empresa, de âmbito nacional, chamada Portugal Telecom.

Foram dois parceiros que desde a primeira hora, manifestaram interesse e disponibilidade em trabalhar e em colaborar na criação desta estrutura, não uma estrutura física, mas na criação desta auto-estrada da informação, se assim quiser.

Mas podemos ir mais. Podemos falar também na ligação estabelecida e na criação de postos de acesso à Internet a todas as juntas de freguesia desta Região.

Podemos ir a uma série de iniciativas que, em termos de desenvolvimento da sociedade de informação, suponho que estamos todos de acordo, são benéficas e são úteis.

Ora, se há uma forma de ir buscar verbas através dum fundo regional, candidatando-se a programas comunitários e candidatando-se a verbas através da fundação da Ciência e Tecnologia, que era aliás um problema verificado anteriormente, eu não percebo qual é o clima de suspeição que se cria aqui. Não há fundos bons ou fundos maus, como há pouco muito bem referi, nomeadamente o Fundo Regional de Apoio Cultural continua a permanecer e é uma boa herança, como disse.

Esperemos que daqui a algum tempo este Fundo Regional de Ciência e Tecnologia, seja igualmente uma boa herança.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma segunda intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José San Bento.

Deputado José San Bento (PS): Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Caros Membros do Governo:

Gostaria de referir ainda — em relação a um aspecto que foi abordado pelo Sr. Deputado Joaquim Machado, a propósito da confusão que o Sr. explicitamente tentou introduzir nesta discussão, a propósito do conflito com o FRAC (Fundo Regional de Acção Cultural — que todos os projectos a serem apoiados por esse fundo que se irá criar e que se discute aqui neste momento, primeiro têm um parecer precisamente da Direcção Regional da Cultura.

Portanto, existe esse cruzamento de informação

Deputado Joaquim Machado (PSD): Eu não disse nada disso!

O Orador: O Sr. falou nisso ou então anda muito distraído. Nós podemos consultar as gravações, Sr. Deputado.

Em relação àquilo que refere a propósito de uma eventual asfixia da sociedade civil — já agora as pessoas disseram aqui que o Sr. está enganado — eu penso que se calhar um dia nós iremos fazer essa reflexão, neste Parlamento, pois parece que começa a haver uma divisão entre os pessimistas e os optimistas e o Sr. é, obviamente, um pessimista.

Gostaria de referir e isso já foi aqui dito, mas é óbvio Sr. Deputado que a questão que se prende com os fortíssimos investimentos — e ainda bem, que são dispendidos em matéria de infraestruturas — visa recuperar um déficite que nós temos. Basta só referir que os Açores têm pela primeira vez, num QCA, programas relacionados com a Ciência e Tecnologia, quando anteriormente no II QCA, negociado por outros Governos — eu não vou estar a falar do passado — essas verbas não existiam.

Isso ainda irá permitir aumentar os milhares e milhares de contos, que o Governo presta de apoio à Universidade que é outra coisa que não foi falada aqui, mas é bom que se fale. O Governo Regional apoio em centenas de milhares de contos a Universidade dos Açores.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Não me diga!

O Orador: É verdade, Sr. Deputado!

Deputado João Cunha (PSD): Já que o Governo Central não faz, alguém terá de fazer!

O Orador: Portanto, em relação a este assunto, eu gostaria apenas de terminar, congratulando-me com o PC, em relação aos pressupostos que interiorizaram a propósito da criação desse fundo, Sr. Deputado. São os pressupostos correctos e por isso felicito a sua intervenção. Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Luís Medeiros.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não era minha intenção intervir sobre esta matéria, mas os esclarecimentos prestados pelo Sr. Deputado Francisco Barros, levantaram-me algumas dúvidas que eu gostaria de colocar.

O Sr. Deputado começou por mencionar as dificuldades existentes na compatibilização informática entre Departamentos do Governo, eu até diria mais, entre a Administração Regional e a Administração Central, porque no meu sector vive-se agora um problema complicadíssimo, com o SNIRB — Serviço Nacional de Registo de Bovinos — pois há complicações informáticas que não são fáceis de resolver.

Mas, a questão que ponho, é se este Fundo vai ter permissão, de fazer o planeamento ou programação dos sistemas informáticos da Administração Regional?

A segunda questão que V. Ex.^a referiu, Sr. Deputado, foram Pólos Tecnológicos Empresariais, com delegações em todas as ilhas. Eu não percebi o que isto é, porque para mim um Pólo Tecnológico legal empresarial, delegações em todas as ilhas, não percebo o que isto significa.

Finalmente, falou-se aqui que são precisas verbas avultadíssimas para instalações para a realização de investigação científica, não se faz investigação na rua. É verdade, mas eu pergunto, quem é que se pode candidatar a essas verbas? Efectivamente, investigação não é qualquer pessoa que faz: fazem instituições vocacionadas para o efeito. Felizmente temos várias na Região, Universidade, INOVA, temos uma Universidade muito especial, que é o Departamento de Oceanografia e Pescas, essas sim, vejo que precisam de efectivamente de instalações.

Eu pergunto se este fundo prevê, que possam ser canalizadas verbas, por exemplo, para a Universidade, para o INOVA, para o Departamento de Oceanografia e Pescas, para poderem melhorar instalações? Ou se é, em contrário, o próprio Fundo que pretende ser uma instituição de investigação científica?

Era isso que eu gostaria de ver esclarecido.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito bem!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Luís Medeiros:

Primeiro aspecto: compatibilização de equipamentos, ou seja Software e Hardware.

Se a memória não me atraiça em dois anos foi feito um investimento de aproximadamente de 250 a 280 mil contos, aliás que deve ter passado por esta Câmara, exactamente para resolver o problema da compatibilização de Software e Hardware. O Sr. Secretário Regional das Finanças, é capaz de se recordar com mais precisão das verbas, do que eu.

Deputada Berta Cabral (PSD): Isso é mau planeamento!

O Orador: Mau planeamento? Não, Sra. Deputada, foi uma situação de necessidade de resolver um problema que era premente.

Relativamente à questão que o Sr. Deputado não terá percebido.

Foi também, no âmbito do grupo de trabalho “Desenvolvimento da Sociedade de Informação nos Açores”, elaborado um estudo, relativamente à construção de um parque tecnológico na Região. Tendo em conta a especificidade da mesma, entendeu-se que esse parque tecnológico, independentemente da sua sede ser sediada, como foi aliás as conclusões do estudo feito, na Ilha de S. Miguel, necessitaria de ter delegações, pólos de desenvolvimento noutras ilhas, que permitissem um incentivo à iniciativa privada, nomeadamente através da criação de serviços tele-emprego, de investigação e de apoio a entidades que pretendam fazer investigação.

Relativamente à terceira questão que V. Ex.^a me colocou, eu suponho que a resposta já foi dada. É evidente que as entidades, os institutos e os organismos públicos e privados, devidamente credenciados para fazer investigação, terão como é óbvio acesso a este fundo.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Joaquim Machado eu não lhe posso dar a palavra, porque o debate está a ser efectuado nos termos do artigo 113º Para remissão do 153º, nº 8 e portanto cada Deputado tem direito a duas intervenções.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É apenas para um requerimento.

Presidente: Faça favor Sr. Deputado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado que interveio anteriormente fez alusão a um estudo que apontou como ideal a construção de um parque tecnológico na Ilha de S. Miguel.

Solicitava ao Sr. Presidente um requerimento à Mesa para requerer ao Governo Regional, cópia desse estudo.

Presidente: Bom, eu hoje estou fadado para decidir sobre questões de natureza regimental.

Este requerimento, creio eu que não pode ser feito à Mesa, Sr. Deputado. O Regimento diz que requerimentos à Mesa, é outra coisa.

Eu poderei observar melhor, mas creio que não pode ser. Se estiver errado, serei eu próprio a corrigir isso.

De qualquer forma, como sabe, é um direito que lhe assiste, fazer quaisquer requerimentos ao Governo Regional.

Portanto, não vejo mais ninguém inscrito.

(Pausa)

Faça favor Sra. Deputada.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Essa questão foi posta na última Conferência de Líderes.

Penso que o que ficou definido, nos termos do regimento, são duas intervenções por cada deputado (20 minutos, mais dez) e o número de pedidos de esclarecimento que se entender, de três minutos cada um.

Portanto, ele pode fazer agora pedidos de esclarecimento, quantos queira.

Presidente: Sr. Deputado é para pedir esclarecimentos?

Deputado Joaquim Machado (PSD): É sim, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente muito obrigado, pela generosidade da interpretação do Regimento que faz, relativamente a esta parte do debate.

Eu já fiz de facto um pedido de esclarecimento, para o qual não obtive resposta, nomeadamente aos membros do Governo presentes, de forma particular ao Sr. Secretário Francisco Coelho, sobre o montante das verbas, ou a percentagem das receitas deste fundo de receitas próprias, que não as provenientes de programas co-financiados pela União Europeia.

Também pretendia saber — e acrescento, este é sim um pedido novo — qual a percentagem de verbas que a Região iria perder se não dispusesse deste fundo?

Também, quais as receitas previsíveis, provenientes de patentes, venda ou aluguer de equipamentos, instalações, conforme menciona esta Proposta de Decreto Legislativo, como sendo parte das receitas do fundo?

Já agora, se fizer o obséquo, ou se quiser responder a estas questões, quais as instalações e os equipamentos que o Governo Regional, no âmbito da Ciência e Tecnologia, pensa alugar ou alienar?

Presidente: Tem a palavra para prestar esclarecimentos o Sr. Secretário Regional.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:

Bom, algumas das perguntas que me fez, confesso que como não tenho o dom da astrologia, não lhe posso responder.

Não lhe posso falar em receitas previsíveis neste momento.

É evidente que haverão receitas, essas inscritas no Orçamento da Região para o ano 2001, como receitas afectas à Direcção Regional e ao fundo. O estudo foi feito para o corrente ano e neste momento a primeira versão é pública e foi distribuída pelos parceiros sociais, em breve será a versão definitiva da Proposta de Plano e Orçamento Regional, entregue a este Parlamento para os devidos efeitos.

Portanto, há perguntas, sinceramente, que me faz que não é, de maneira nenhuma, sequer razoável nesta fase ter uma previsão.

O aluguer de espaços, por exemplo, afectos e a receita que isso dará? É evidente que nesta fase não posso sequer lhe fazer uma estimativa.

Nós acreditamos, no entanto, relativamente à sua questão inicial, que atentas as verbas que estarão afectas no Orçamento Regional e atento que muitas dessas verbas poderão ser afectas ao pagamento de despesas do fundo, poderá cumprir-se a exigência legal que referiu dos dois terços de receitas próprias.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado para pedir esclarecimentos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Fico um pouco perplexo com uma parte das repostas do Sr. Secretário, na medida em que não tem capacidade astrológica de previsão do que é que pode ou não pode ser o prejuízo para a Região, se não dispuser deste instrumento, que eu apenas pedi em termos percentuais e era muito razoável que me indicasse uma ordem de grandeza.

Contudo, parece-me que já dispõe dessa capacidade de previsão do futuro, quando diz que de facto vamos ter aqui, independentemente das verbas da União Europeia, o cumprimento do tal requisito dos dois terços de receitas próprias.

Mas se não tem essa capacidade de previsão para o futuro, então vamos ao passado.

Então pergunto: uma das receitas previstas para este fundo, é a do Jornal Oficial. Qual é a receita do Jornal Oficial, que vai corresponder a receita deste fundo?

Já agora, o orçamento que está previsto para a Direcção Regional de Ciência e Tecnologia, 2001, é de um milhão, duzentos e quarenta e nove mil contos, portanto faça V. Ex^a. o favor de indicar desse montante qual é a percentagem que é proveniente de Programas Comunitários e qual aquela que de facto ficaria de fora se não viesse a existir este fundo?

Já que não gosta um pouco do futuro, vamos então ao passado. Quantos projectos se candidataram em 2001 ao PRAIT, ao PRADIC e ao INFOTEC?

Quantos foram aprovados e qual o montante total despendido nesses três programas?

Deputado Humberto Melo (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral, para pedir esclarecimentos.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na sequência desta última intervenção, e porque penso que isto é uma questão relevante — independentemente de gostarmos mais ou menos de fundos com autonomia administrativa/financeira, e nessa matéria eu só gosto deles se eles são eficazes, se são necessários, se não são, não vale a pena criar mais apêndices há Administração Pública, e eu sobre essa necessidade, devo confessar que ainda não estou esclarecida, mas dando isso por enquanto de barato para futuros esclarecimentos — queria prestar aqui uma informação adicional.

O artigo 6º da Lei 8/90, diz que:

“1- Os serviços e organismos da Administração Central só poderão dispor de autonomia administrativa e financeira, quando este regime se justifique para a sua adequada gestão e, cumulativamente, as suas receitas próprias atinjam o mínimo de dois terços das despesas totais, com exclusão das despesas co-financiadas pelo orçamento das comunidades europeias.”

O nº 5 diz: “Para efeitos do disposto no nº 1, são consideradas como receitas próprias, as resultantes das transferências correntes e de capital do Orçamento de Estado, os orçamentos da segurança social...” etc., etc..

Este fundo tem inscrito, como aqui já foi dito, no Orçamento de 1991, 1 milhão e 200 mil contos.

Já aqui foi dito que vai buscar fundos comunitários na ordem dos 7 milhões de contos, portanto, tem que ter receitas próprias na ordem dos 14, porque 7 é um terço, faltam os outros dois terços.

Onde e que está a diferença entre 1 milhão e 200 mil e os 14 milhões de contos? É essa a pergunta.

Deputado Mark Marques (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Dois esclarecimentos rápidos.

Sr. Deputado Joaquim Machado, relativamente às questões que colocou, permita-me que lhe diga, em primeiro lugar, que, como deve saber, o Jornal Oficial não é uma receita, é uma despesa. A sua feitura, o respectivo pagamento e impressão, é uma despesa.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É por perceber que lhe fiz a pergunta!

O Orador: Relativamente às questões que me colocou em concreto sobre os projectos aprovados no ano 2000 e os montantes directamente envolvidos relativamente a estes programas, como deve calcular, não tenho aqui esses dados. Faça V. Exa. o favor de usar a figura regimental do requerimento.

Sra. Deputada Berta Cabral, eu falei em 7,5 milhões de contos, no III Quadro Comunitário de Apoio, que como sabe vai até 2006. Não estava a falar em termos anuais.

Falou-me ao nível do Orçamento Regional.

Eu gostava de lhe dizer que o que está no Orçamento Regional como verba própria será, obviamente, uma transferência feita para o fundo, mas como tive oportunidade de dizer, muitas das despesas desse fundo, serão pagas por essas verbas do orçamento.

Nós pensamos que será possível cumprir o requisito legal dos dois terços.

Deputado Humberto Melo (PSD): Isso ainda é pior.

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostava que o Sr. Secretário Regional especificasse um pouco mais. Eu não percebi, sinceramente. Quando diz que parte dessas despesas vão ser pagas pelo Orçamento Regional, então para que é o fundo?

Eu gostava de perceber melhor isso.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Está cada vez pior!

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Secretário, o melhor é dizer que o que não tem explicação, explicado está!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado .

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Francisco Coelho:

Foi exactamente por saber que o Jornal Oficial é uma despesa, que eu perguntei qual o montante da receita do Jornal Oficial que se vai constituir como receitas do fundo, porque na alínea c) do artigo 8º — receitas do fundo, diz: receitas do Jornal Oficial.

Das duas, uma: ou os senhores estão de má fé, ou então não sabem o que fazem!

Deputado Humberto Melo (PSD): Muito bem!

Orador: Se calhar as duas coisas!

Isso está na alínea c) do artigo 8º.

É exactamente por saber que o Jornal Oficial é uma despesa, que eu pergunto a V. Exa. qual o montante da receita do Jornal Oficial que vai ser receita deste fundo? Ou se será essa despesa que vai contribuir para os tais dois terços mínimos, a que deve ter de receita própria um fundo na sua criação?

Deputado Victor Cruz (PSD): É pouca ciência e nenhuma tecnologia!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:

A feitura do Jornal Oficial implica, obviamente, uma despesa — felizmente, devido à própria maneira como o Jornal é feito, cada vez é menor — que tem a ver com a respectiva tipografia e impressão, que tem que ser paga a uma empresa privada.

O Jornal Oficial pode significar para este fundo, uma receita sob dois pontos de vista:

Por um lado, essa despesa ser transferida do respectivo orçamento regional para pagar esse Jornal Oficial.

Por outro lado, com as próprias assinaturas do Jornal Oficial pelos serviços.

Presidente: Para mais esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Provavelmente vamos permanecer aqui mais algum tempo, porque cada alegada explicação sobre esta matéria relativa à criação deste fundo que, na minha opinião, insisto, tipifica muito uma fundação, cada vez se vão enredando de tal forma que nós percebemos menos.

A argumentação começa a falhar. Quando as coisas não estão devidamente sustentadas, proporcionam este tipo de embaraços.

Sr. Secretário há uma coisa que eu não percebi e V. Exa. vai ter que me explicar melhor, porque se o Jornal Oficial é uma despesa, vai a despesa ser transferida para o fundo?

Se a despesa vai ser transferida para o fundo, isso não é uma receita. Se o Jornal Oficial tem receitas — que não tem — não vai também para receita do fundo.

Como é que cumpre os tais dois terços, se é que o Jornal Oficial pode dar alguma ajuda nisso?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Apenas para trazer à baila um esclarecimento. Pode ser para pedir um esclarecimento, pode ser para dar, mas vai sob a forma de pedido de esclarecimento.

Não se estará a fazer uma confusão entre receitas próprias e receitas geradas pelo próprio fundo?

Se se aplicar com rigor, neste segundo sentido, receitas próprias a outras situações, as Câmaras não têm receitas próprias. Têm receitas que são assumidas como receitas próprias, que são transferidas segundo regras conhecidas para as próprias câmaras. Suponho que isso também pode acontecer com um fundo que, sem gerar receitas no seu exercício, tenha receitas próprias como exactamente têm as câmaras que não as gerem, mas as têm como próprias.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Que confusão!

O Orador: Se acha que é confusão, responda-me como é que considera que as câmara têm ou não receitas próprias? Provavelmente, dir-me-á que sim, que têm.

Eu pergunto: de onde é que vêm essas receitas próprias? Vem do Orçamento de Estado.

Como é que são próprias? São próprias...

Deputado Humberto Melo (PSD): Há uma lei que diz isso!

O Orador: ... porque são transferidas segundo regras que estão previstas na legislação.

Deputado Clélio Meneses (PSD): A lei prevê!

O Orador: É evidente. Isso é perturbador, efectivamente!

(Risos da Câmara)

Por isso fica a questão no ar, para deslindarem durante o jantar.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Dionísio Sousa:

Eu penso que tinha sido clara ao ler o nº 5. Foi precisamente por isso que eu li, porque estava toda a gente agarrada ao nº 1 do artigo 6º.

Eu li o nº 5 que diz para efeitos do disposto no nº 1, o que é que são consideradas receitas próprias. São as transferências do Orçamento.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Mas o Sr. Deputado Joaquim Machado não deve ter ouvido!

A Oradora: Portanto, a questão que o senhor põe, não se coloca, porque, primeiro, não se pode comparar serviços e fundos autónomos que se regulam pela lei 8/90, com câmaras municipais e, segundo, as receitas próprias estão aqui explicitadas.

As receitas próprias, nem estas que estão aqui, nem as que hão-de vir, vão fazer dois terços, no caso deste fundo ir buscar 7 milhões à União Europeia.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): Não são 7 milhões!

A Oradora: Não fui eu que disse. Eu estou a questionar aquilo que aqui foi afirmado.

Eu não falei em 7 milhões. O que eu disse foi que, se como aqui foi dito este fundo vai gerir 7 milhões...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Durante quanto tempo?

A Oradora: Quando quiser falar, peça a palavra, porque eu gosto de ouvir as pessoas levantadas, a entrar no debate. Eu quero ver é levantadinhos, a entrar no debate, porque aí a gente entende-se!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Os apartes são regimentais como a sua bancada costuma dizer!

A Oradora: Só para que fique claro, as receitas próprias são estas.

E se como aqui já foi dito, 7 milhões de contos ficarem ingeridos por este fundo, de fundos comunitários, não há 14 milhões de contos para colocar aqui, ou muito dificilmente haverá.

Se houver, cá estamos. Se não houver assumam o compromisso de distinguir o fundo. Eu quero ver isso.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto, eu continuo a não ser esclarecido, nomeadamente no que diz respeito ao contributo do Jornal Oficial, enquanto receita, para este fundo.

Sr. Deputado Dionísio Sousa, não fui eu o autor da proposta. A confusão que o Sr. Deputado refere, e muito bem — se calhar esta é a primeira vez em que estamos de acordo — é a de consignar como receita do fundo, algo que o Sr. Secretário já reconheceu — nisso devo reconhecer que ele foi transparente — que não é uma receita.

Estipulou-se como sendo receita de um fundo, aquilo que afinal não é receita.

Isso vem demonstrar a falta de consistência que há na criação deste fundo, a forma atabalhoada da sua preparação, que levou, nomeadamente — também tenho que fazer mais este reconhecimento — a um laivo de grande transparência, ou seja, no artigo 3º, alínea f), os senhores dizem que este fundo vai, entre outras coisas, conceber subsídios para prover necessidades urgentes. É por isso que eu digo que este fundo tipifica muito aquilo que é uma fundação ou o que elas têm de negativo, sobretudo, nos termos em que foi noticiado e revelado nos últimos tempos.

Deputados Mark Marques e João Cunha (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas para tentar esclarecer alguns equívocos que se estão aqui a gerar.

O primeiro prende-se com as receitas do Jornal Oficial. O Jornal Oficial é pago por alguém para o poder obter. É serviço prestado que é pago.

Os próprios departamentos do Governo passarão a pagar os Jornais Oficiais que precisam, ao fundo, tal como as câmaras municipais, os organismos privados, empresas. Eles passarão a pagar o Jornal Oficial, só que em vez de ser o actual departamento que recebe, pagam ao fundo.

Qual é o problema?

Quanto aos 7 milhões de contos de fundos que se disse aqui que seriam geridos pelo fundo, não é esta a interpretação que eu dei àquilo que foi dito.

O que foi dito foi que existe a possibilidade de gerir fundos afectos à ciência e tecnologia, que no seu montante excede em 7 milhões de contos, mas não quer dizer que eles sejam totalmente geridos pelo fundo.

O fundo apenas vai gerir directamente os fundos comunitários que forem afectos a investimentos geridos pelo fundo, da responsabilidade do mesmo.

As outras verbas que não estejam afectas a investimentos ou a projectos da responsabilidade do fundo, serão feitas por outras pessoas que poderão vir a ter a coordenação global, o apoio deste fundo de investimento, mas os beneficiários desses fundos são os promotores dos projectos, que poderão não ser os de fundo.

Não vejo qual é a confusão que se está aqui a gerar.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É simplesmente enorme!

O Orador: É enorme o quê?

Deputado Joaquim Machado (PSD): A confusão!

O Orador: É enorme a que se está a gerar, é evidente.

Presidente: Eu pedia aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares para se acercarem da Mesa, uma vez atingida a nossa hora regimental, para trocarmos umas impressões antes de prosseguirmos.

(Pausa)

Srs. Deputados, os nossos trabalhos terminam por hoje.

Retomaremos amanhã às 10 horas.

Boa noite. Até amanhã.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Fernando Rosa Rodrigues Lopes

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

José Manuel Cabral Bolieiro Dias

Partido Popular (PP)

Paulo Domingos Alves de Gusmão

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo Decq Mota

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Cardoso Pereira Oliveira

Luís Paulo de Serpa Alves

DOCUMENTOS ENTRADOS

Projecto de Decreto Legislativo Regional

Remuneração Complementar

Os instrumentos que têm por objectivo o abaixamento dos custos de insularidade têm que ser utilizados de forma conjunta, de modo a não deixarem de abranger todas as faixas de residentes na Região.

Mandam a coerência e o sentido de Justiça social que qualquer revisão em matéria fiscal seja acompanhada de iguais revisões da remuneração complementar e do complemento de pensão.

Primeiro, porque os efeitos de revisões em matéria fiscal são mais latos do que a simples compensação dos custos da insularidade, nomeadamente pelo aumento de competitividade e criação

de emprego que operam no domínio das empresas. Depois, porque muitos residentes auferem rendimentos aquém dos montantes legalmente estabelecidos como valor de incidência do IRS. Por fim, porque a revisão de alguns instrumentos, separadamente, introduz factores de desigualdade entre cidadãos iguais em direitos.

Nestes termos, os deputados do Partido Comunista Português, no uso dos poderes conferidos pela alínea a) do nº 1 do artigo 23º do Estatuto Político Administrativo, propõem que a Assembleia Legislativa Regional, no uso da competência prevista na alínea a) do nº 1 do artigo 227º da Constituição da República Portuguesa e alínea b) do nº 1 do artigo 33º do citado Estatuto, aprove o seguinte projecto de Decreto Legislativo Regional:

Artigo 1º

O artigo 3º do Decreto Legislativo Regional nº 3/2000/A de 12 de Janeiro, passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 3º

1 - O montante mensal da remuneração complementar é de 9.500\$00, ao qual acrescerá a quantia de 1.000\$00, sucessivamente, nos anos de 2002, 2003 e 2004.

2 - ...

3 - A actualização prevista no nº 1 do artigo 1º só terá aplicação findos os aumentos graduais, a operar nos anos de 2001, 2002, 2003 e 2004.

Artigo 2º

O presente diploma produz efeitos a partir do dia 1 de Janeiro de 2001.

Sala das Sessões. 13 de Fevereiro de 2001

Os Deputados Regionais: do PCP: José Decq Mota e Paulo Valadão.

Parecer da Comissão de Política Geral sobre o Projecto de Decreto-Lei que "Estabelece a salvaguarda de expectativas de progressão na carreira operária altamente qualificado"

A Comissão de Política Geral reuniu, na Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na cidade da Horta, no dia 13 de Fevereiro de 2001, por solicitação de Sua Excelência, o Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, para discutir e analisar o Projecto de Decreto-Lei que "estabelece a salvaguarda de expectativas de progressão na carreira operária altamente qualificado".

Capítulo I

Enquadramento Jurídico

A apreciação e emissão de parecer ao presente Projecto de Decreto-Lei exerce-se nos termos da alínea v), do nº 1, do artigo 227º, e do nº 2, do artigo 229º, da Constituição da República (CRP), da

Lei nº 40/96, de 31 de Agosto, que regula a audição dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas, e da alínea i), do artigo 30º do Estatuto Político-Administrativo da Região.

Capítulo II

Apreciação

A Comissão deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável na generalidade e na especialidade ao presente Projecto de Decreto-Lei .

Horta, 13 de Fevereiro de 2001.

O Relator, *Clélio Toste Meneses*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Manuel da Silva Azevedo*

Parecer da Comissão de Política Geral sobre o Projecto de Decreto-Lei que “Introduz alterações ao regime de férias, faltas e licenças dos funcionários e agentes da Administração Pública, aprovado pelo Decreto-Lei nº 100/99, de 31 de Março”.

A Comissão reuniu no dia 13 de Fevereiro de 2001, na sede da A.L.R.A., na cidade da Horta, por solicitação de Sua Excelência, o Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, apreciou e emitiu parecer ao Projecto de Decreto-Lei que introduz alterações ao regime de férias, faltas e licenças dos funcionários e agentes da Administração Pública, aprovado pelo D.L. n.º 100/99, de 31 de Março.

Capítulo I

Enquadramento Jurídico

A apreciação e emissão de parecer ao presente Projecto de Decreto-Lei exerce-se nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa (CPR) em conjugação com o que dispõe a alínea c), do n.º 1 do artigo 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, e com o que estipula a alínea a) do artigo 60.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional.

Capítulo II

Apreciação na generalidade e na especialidade

A presente Proposta de Decreto Legislativo Regional deu entrada nesta Comissão, a 12 de

Fevereiro, para efeitos de apreciação e de emissão de parecer.

Na reunião de 13 de Fevereiro de 2001, a Comissão após a apreciação do diploma emitiu, na generalidade e especialidade parecer favorável ao presente Projecto de Decreto-Lei.

Horta, 13 de Fevereiro de 2001.

O Relator, *Clélio Toste Meneses*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Manuel da Silva Azevedo*

Parecer da Comissão de Política Geral sobre o Projecto de Decreto-Lei que "alarga o crédito a anual concedido para autoformação aos funcionários e agentes da Administração Pública, estabelecido pelo D.L. nº 50/98, de 11 de Março".

A Comissão de Política Geral reuniu, na Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na cidade da Horta, no dia 13 de Fevereiro de 2001, por solicitação de Sua Excelência, o Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, para discutir e analisar o Projecto de Decreto-Lei que "que alarga o crédito anual concedido para autoformação aos funcionários em agentes da Administração Pública, estabelecido pelo D.L. nº 50/98, de 11 de Março".

Capítulo I

Enquadramento Jurídico

A apreciação e emissão de parecer ao presente Projecto de Decreto-Lei exerce-se nos termos da alínea v), do nº 1, do artigo 227º, e do nº 2, do artigo 229º, da Constituição da República (CRP), da Lei nº 40/96, de 31 de Agosto, que regula a audição dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas, e da alínea i), do artigo 30º do Estatuto Político-Administrativo da Região.

Capítulo II

Apreciação

A Comissão deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável na generalidade e na especialidade ao presente Projecto de Decreto- Lei .

Horta, 13 de Fevereiro de 2001.

O Relator, *Clélio Toste Meneses*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Manuel da Silva Azevedo*

Parecer da Comissão de Política Geral sobre o Projecto de Decreto-Lei que “estabelece o regime aplicável à globalização das dotações individuais das várias categorias das carreiras do regime geral, do regime especial e com designações específicas, bem como das dotações semiglobais já previstas para a carreira de Técnico Superior”.

A Comissão de Política Geral reuniu, na Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na cidade da Horta, no dia 13 de Fevereiro de 2001, por solicitação de Sua Excelência, o Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, para discutir e analisar o Projecto de Decreto-Lei que "que estabelece o regime aplicável à globalização das dotações individuais das várias categorias das carreiras do regime geral, do regime especial e com designações específicas, bem como das dotações semiglobais já previstas para a carreira técnica superior".

Capítulo I

Enquadramento Jurídico

A apreciação e emissão de parecer ao presente Projecto de Decreto-Lei exerce-se nos termos da alínea v), do nº 1, do artigo 227º, e do nº 2, do artigo 229º, da Constituição da República (CRP), da Lei nº 40/96, de 31 de Agosto, que regula a audição dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas, e da alínea i), do artigo 30º do Estatuto Político-Administrativo da Região.

Capítulo II

Apreciação

A Comissão deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável na generalidade e na especialidade ao presente Projecto de Decreto-Lei .

Horta, 13 de Fevereiro de 2001.

O Relator, *Clélio Toste Meneses*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Manuel da Silva Azevedo*

Rectificação ao Diário da Assembleia Legislativa Regional dos Açores nº 4, de 6 de Dezembro de 2000.

“Tendo constatado a existência de algumas falhas no Diário nº 4, de 6 de Dezembro de 2000, venho por este meio solicitar a V. Exa. que autorize a sua correcção e mande proceder em conformidade para o efeito.

Refiro-me à 4ª coluna da página 23, último parágrafo, onde se lê “à Senhora Secretária de quer responder...” dever-se-á escrever “à Sª Secretária se quer responder...”;

1ª página 24, 1ª coluna, onde está escrito: “De facto,... de um delegado de saúde de ilha”, dever-se-á escrever: “De facto,.. de **uma Unidade de Saúde de Ilha**”.

1ª coluna da página 25, onde se lê: “De qualquer forma, ... com a cirurgia geral na área da ortopedia”, dever-se-á escrever: “De qualquer forma, ... com a cirurgia geral e na área da ortopedia”.

Ainda na mesma 1ª coluna e página 25, onde se lê: “Portanto... prioridade, recurso humanos financeiros”, dever-se-á escrever: “Portanto... prioridades, recursos humanos e financeiros.”

Com os melhores cumprimentos.

Horta 13 de Fevereiro de 2001.

A Secretária Regional dos Assuntos Sociais: Maria Fernanda da Silva Mendes”.

A Redactora: Maria da Conceição Fraga Branco